



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES

Curso de Psicologia

JÚLIA CAVALCANTE CARVALHO

**A PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS EM PSICOTERAPIA: OS
ATRAVSSAMENTOS DE RAÇA E GÊNERO NA INTERAÇÃO CLÍNICA**

Brasília

Dezembro de 2023

JÚLIA CAVALCANTE CARVALHO

**A PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS EM PSICOTERAPIA: OS
ATRAVSSAMENTOS DE RAÇA E GÊNERO NA INTERAÇÃO CLÍNICA**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES), do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) como requisito parcial para conclusão do curso de graduação em Psicologia

Professor-Orientador: Doutor Lucas Alves Amaral

Brasília

Dezembro de 2023

Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES
Curso de Psicologia

Folha de Avaliação

Autora: Júlia Cavalcante Carvalho

Título: A Perspectiva de Mulheres Negras em Psicoterapia: os Atravessamentos de raça e gênero na interação clínica

Banca Examinadora:

Professor Orientador: Dr. Lucas Alves Amaral

Professora Dra. Daniela Borges

Professor Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília-DF

Dezembro de 2023

Agradeço,

Minha mãe e primeira professora, Ana Cláudia. Obrigada por me proporcionar desde muito nova a imersão na leitura. Por me ver e ouvir. Por me dar o espaço de questionamento e descontentamento. Com você aprendi a força de ter minhas próprias ideias e a coragem para confiar nas mesmas. Obrigada por acreditar que em cada volta, sou mais. Tudo que é amor parece com você.

Meu avô, Eulício. Minha saudade. Que a realização desse trabalho e a conquista da graduação materializem igualmente a celebração da sua existência que se renova em mim. Em sua memória, eu herdo seus sonhos e te faço presente pra sempre, em pensamento e coração. Obrigada por ter me direcionado sua esperança e amor.

Minhas amigas e mulheres da minha vida. Ana Clara, Amanda, Camila, Isabela, Julianne, Roberta e Maria Fernanda. Obrigada por me apresentarem o amor na ação. Por fazerem do encontro o que há de mais bonito e me proporcionarem o conforto em apenas Ser. Meu ganho é no coletivo. Toda e qualquer conquista de vocês, celebro como minha. Foi nesse espaço que assim como bell hooks propõe, pude ter a experiência do amor genuíno em uma comunidade carinhosa.

Meu orientador e professor, Lucas Amaral. Obrigada por acreditar nas minhas ideias e me proporcionar o aprendizado de reconhecê-las como possíveis. Desde a escolha do tema da pesquisa à conclusão do trabalho, o caminho se tornou mais tranquilo por contar com você ao meu lado, com sua escuta e apoio permanentes. Agradeço imensamente pelo encontro, ensinamentos e reflexões que seguirão em percurso em mim.

Minhas participantes, autoras deste trabalho. Obrigada por me doarem de confiança e sentimentos. Por tornarem possível a construção da pesquisa e pelas contribuições inestimáveis. A saída se dá pelo coletivo e a transformação parte daqui, através de vocês.

“É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos”.

O avesso da pele (Jeferson Tenório)

RESUMO

Tomando por base o cenário Brasileiro, no que se refere ao processo de construção identitária da população negra, bem como as especificidades postas em função de marcadores de gênero, compreende-se a permanência de fenômenos discriminatórios os quais atingem de maneira singular mulheres de diferentes pertencimentos étnico-raciais. De tal maneira, os marcadores de raça e gênero emergem socialmente e, portanto, devem ser considerados em influência tanto nos diferentes processos de sofrimento, como na construção de subjetividades. Assim sendo, a procura pelo atendimento psicológico decorrente de demandas variáveis mostra-se envolta por aspectos individuais, assim como por temáticas sociais as quais potencialmente podem emergir. Diante disso, emerge a necessidade do letramento por parte do profissional da Psicologia, no que se refere aos fenômenos sociais e na inter-relação clínica. Assim, o objetivo central do trabalho voltou-se à análise da perspectiva de mulheres negras em psicoterapia sobre os atravessamentos de questões raciais e de gênero na interação clínica com os profissionais da psicologia que lhes atendem. Através de tal perspectiva, buscou-se identificar a maneira pela qual os profissionais da Psicologia manejam sua atuação diante de relatos de racismo e sexismo, além de favorecer a compreensão quanto os impactos de tais discriminações na produção de subjetividades de mulheres negras. Dentre os principais resultados obtidos, destaca-se (a) os diálogos da interseccionalidade de raça e gênero na impressão da experiência subjetiva das entrevistadas; (b) o comportamento do(a) profissional da psicologia de não nomeação do caráter racial da problemática apresentada pelas clientes; (c) a não exploração- por parte do(a) profissional da psicologia- da identidade racial das clientes; (d) a paralisação do processo terapêutico por parte das clientes- em virtude dos aspectos anteriormente citados-; (e) procura de profissionais da psicologia em um contexto de paridade racial.

Palavras-chave: raça, gênero, interseccionalidade, psicoterapia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. OBJETIVOS	17
2.1 Objetivo Geral	17
2.2 Objetivos Específicos	17
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
3.1 Raça e Identidades Sociais	18
3.2 Racismo e Sexismo: O Lugar da Mulher Negra	24
3.3 A Psicologia e a Subjetividade Negra no Brasil: Articulação entre Raça e Gênero	30
3.4 Por uma Clínica Política: Caminhos e Possibilidades de Criação	38
4. MÉTODO	42
4.1 Natureza da Pesquisa	42
4.2 Instrumentos de Coleta de Informações	43
4.3 Perfil das Participantes	44
5. PROCEDIMENTOS	45
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
6.1 Racismo, Sexismo e Subjetividade: Diálogos entre Interseccionalidade e Reconhecimento	49

6.2 Psicoterapia em Foco: Identidades de Gênero e Raça e o Manejo Clínico do Profissional da Psicologia	60
6.3 Por uma Clínica Comprometida com as Relações Raciais e de Gênero: Caminhos para a Psicologia Crítica	78
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista semi-estruturada	99
ANEXO A: TCLE	101
ANEXO B: Avaliação do Comitê de Ética	104

1. INTRODUÇÃO

O processo de racialização de indivíduos realiza-se através de condições estruturais e institucionais. De tal maneira, o racismo atua na criação das raças, dos sujeitos racializados, bem como concebe um imaginário social que se renova através dos meios de comunicação e sistema educacional. Em exemplo, observa-se a naturalização da associação de mulheres negras ao trabalho doméstico através de representações em telenovelas, bem como nota-se o apagamento da história de pessoas negras através da invisibilização de suas contribuições nos âmbitos da ciência, literatura e história, considerando o contexto educacional do país (Almeida, 2021).

De tal maneira, a compreensão do racismo enquanto fenômeno estrutural e/ou institucional implica em sua concepção enquanto uma ideologia que modela o inconsciente, pois o reconhecimento do sujeito autoconsciente, tal qual a organização de seus afetos, desenvolve-se no interior de uma vida política e cultural caracterizada por processos de clivagem racial característicos do imaginário social e condutas cotidianas. Isto posto, compreende-se a ideologia do racismo não enquanto a representação da realidade social, concreta e material de pessoas negras, mas sim, a representação da nossa relação com tal realidade (Almeida, 2021).

A construção ideológica do racismo em conjunto com a execução de práticas sociais baseadas em tal fenômeno, perpetuou-se no Brasil após a abolição da escravatura à medida que os interesses de determinados grupos seriam beneficiados. Nessa lógica, a internalização de um discurso organizado a partir do mito da democracia racial- o qual considerava a igualdade dos indivíduos perante a lei e por consequência, a inexistência de uma discriminação racial declarada -,concebe o estabelecimento de um grupo racial dominante que se mantém alheio e ignorante às questões da população negra (Gonzalez, 2020).

À vista disso, considerar o racismo como ideologia envolve compreender sua manutenção através do exercício de práticas sociais concretas. Enquanto exemplo, observa-se que a concepção social que estabelece mulheres negras como pouco capazes só é possível à medida que os diferentes sistemas econômico, político e jurídico perpetuam a condição de subalternidade de tal grupo, localizando-as alheias aos possíveis locais de decisão, ascensão

econômica e as expõem aos diversos tipos de violência. Sendo assim, a mulher negra é representada através de práticas efetivas de discriminação (Almeida, 2021).

Dentre os diferentes modos de expressão do racismo no Brasil, sua manifestação pode ser observada através da ocorrência de mortes violentas, as quais caracterizam-se enquanto fenômeno concentrado por um viés racial. Durante décadas, organizações brasileiras responsáveis por compor o movimento negro, levantam temáticas acerca do caráter racial da violência, nomeando-a de diferentes modos, tais quais: discriminação, violência racial e genocídio negro (IPEA, 2021).

Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2021) -Ipea-, dentre as vítimas de homicídio no ano de 2019, 77% eram compostas por pessoas negras (soma entre pretos e pardos conforme classificação do IBGE). Comparativamente em relação ao grupo de pessoas não negras (soma de amarelos, brancos e indígenas), a probabilidade de uma pessoa negra ser assassinada apresentou-se 2,6 vezes superior em relação à tal parcela da população. De tal maneira, a taxa de violência letal revelou-se 162% maior em pessoas negras quando relacionadas à pessoas não negras no país.

Igualmente, a redução de homicídios no Brasil apresenta-se em maior escala entre a população não negra do que entre a negra, de modo que a ocorrência de tal fenômeno decorre de diferentes fatores, como a delimitação do local social da população negra através de variáveis socioeconômicas e demográficas; a instituição e reprodução de estereótipos raciais por instituições do sistema de justiça, os quais localizam pessoas negras enquanto alvo de ações em função de preconceitos sociais; além da falta de políticas públicas voltadas à assistência de tal parcela da população e comprometidas com o combate de desigualdades socialmente dispostas (IPEA, 2021).

As capacidades de definição daqueles que merecem viver ou morrer, relaciona-se diretamente à noção de soberania, através da qual o exercício do controle sobre a mortalidade e definição da vida manifesta-se no ser soberano, atuante mediante a implantação e manifestação do poder (Mbembe, 2018). Considerando, portanto, a ação colonialista - que reverbera heranças presentes na realidade brasileira - caracterizada pelo terror imposto através de uma ameaça intangível, revela-se o estabelecimento do necropoder, por meio da

impossibilidade da domesticação do direito de matar por parte do direito estatal (Almeida, 2021).

No Brasil, brancos e negros são educados de modo a reproduzir padrões da sociedade racializada similarmente à maneira como ocorre através da determinação de gênero. Assim, a construção identitária fundada na compreensão de atividades socialmente delegadas ao feminino e masculino, assemelha-se ao modo como é materializada a percepção do que é considerado negro ou branco na sociedade (Devulsky, 2021). Através da articulação entre raça e gênero, compreende-se a produção de violências específicas à mulheres negras em função da combinação entre racismo e sexismo (Gonzalez, 2020).

Durante o ano de 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, representando uma taxa de mortalidade de 4,1 em comparação a de 2,5 para mulheres não negras. Entre os anos de 2009 e 2019, houve o aumento em 2% do total de mulheres negras vítimas de homicídio, enquanto do contrário, o número de mulheres não negras assassinadas apresentou uma queda de 26,9% no mesmo período. Tais dados representam, portanto, a existência de uma rigorosa desigualdade na intersecção entre raça e gênero na realidade da mortalidade feminina, emergindo assim, a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que enfrentam as taxas de violência, levando em conta o modo como o racismo afeta especificamente as mulheres (IPEA, 2021).

Considerando as desigualdades postas, observa-se a necessidade de se pensar as singularidades nos processos de sofrimento, os quais são intensificados por violências estruturais, como no caso de países onde a desigualdades sociais são mantidas em virtude de preconceitos - como o racismo e sexismo - e apresentam-se caracteristicamente em sua realidade. De tal forma, apesar da busca por apoio psicológico suceder de diversas demandas, nota-se a repetição da manifestação de determinados sentimentos de maneira semelhante entre diferentes sujeitos, em função das estruturas sociais postas (Palma; Richwin; Zanello, 2020).

Nota-se que apesar da característica estrutural do racismo no Brasil, o trabalho por parte da psicologia brasileira que ultrapasse referenciais canônicos acerca do reconhecimento da saúde mental de indivíduos não brancos, tem se apresentado ainda de forma recente. De tal maneira, a partir da limitação de visões pautadas em um princípio de suposta neutralidade, em

geral as disciplinas da psicologia mantêm a invisibilização de temáticas voltadas à experiência de racialização, bem como a vivência dos indivíduos racializados pelos brancos (Gouveia; Zanello, 2022).

Ademais, através da produção de um conhecimento organizado na validação científica de estereótipos, historicamente a psicologia brasileira atuou de maneira conivente ao racismo, tomando por base teorias eurocêntricas incapazes de contemplar a realidade do país. Compreende-se que o silenciamento frente à desigualdades políticas, tais como o racismo e sexismo, permanece sob a permissividade de uma psicologia que se omite diante do enfrentamento político de tais violências e conseqüentemente, impossibilita a visibilidade de demandas de mais da metade da população brasileira (CFP, 2017).

A manutenção de privilégios voltados à pessoas brancas através da perpetuação de um sistema institucional se prolonga no estabelecimento de um pacto de cumplicidade não verbalizado entre tais indivíduos. De tal maneira, por meio de uma organização constituída sistematicamente por ferramentas e valores homogêneos, a branquitude promove formas de exclusão e manutenção de privilégios, os quais são invariavelmente negados ou silenciados à população negra (Bento, 2022).

Caracterizado por um caráter narcísico que distingue o eu, através da localização do outro como diferente e, conseqüentemente como ameaçador, o pacto da branquitude estabelece sentimentos de medo em relação à intimidação de sua universalidade, essencializando o preconceito através da representação do outro, bem como às reações direcionadas ao mesmo. Diante disso, emerge a necessidade de reconhecer a ocorrência de tais processos, além de transformar os acordos direcionados ao atendimento de interesses grupais específicos, bem como a necessidade de sinalizar aspectos do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022).

Conduzindo ao campo da psicologia, considera-se que a ausência de estudos voltados à temática da branquitude possivelmente justifica-se em função da socialização de pesquisadores e profissionais majoritariamente brancos, inseridos em uma população que considera-se desracializada e nesse sentido, localiza a raça naquele que caracteristicamente se difere. Nesse sentido, através do estabelecimento de uma identidade racial normativa, o

profissional da psicologia branco não se racializa e, assim, desconsidera se dedicar à compreensão dos sistemas e instituições que compõem a experiência da branquitude (CFP, 2017).

Igualmente, o afastamento de tal temática na área psi decorre da revelação das estruturas mantenedoras de privilégios simbólicos e materiais dispostos à população branca, em função de uma sociedade estruturalmente racista. Portanto, compreende-se a carência de estudos por parte da psicologia, voltados à experiência da branquitude, bem como sua operacionalização comprometida com a perpetuação de desigualdades raciais (CFP, 2017). Nota-se do mesmo modo, o estabelecimento do pacto que produz o esquecimento de memórias referentes à vergonha relacionada à herança escravocrata, a qual favoreceu indivíduos brancos e que se inscreve na subjetividade do coletivo, ainda que não seja publicamente reconhecida (Bento, 2022).

Objetivando localizar na produção científica acerca da temática do impacto do racismo na saúde mental da população negra no Brasil, bem como investigar as contribuições da psicologia em tal questão, Gouveia e Zanello (2018) evidenciaram a baixa produção acadêmica no país no que diz respeito aos impactos do racismo na saúde mental da população negra, ainda que a psicologia tenha se apresentado mais contribuinte em relação às demais áreas de serviço de saúde.

Por conseguinte, dentre as conclusões obtidas através levantamento bibliográfico realizado a partir de 19 artigos selecionados para a investigação do tema, Gouveia e Zanello (2018) destacam o caráter inaugural das pesquisas voltadas às relações étnico-raciais e saúde mental no Brasil, bem como apontam a relevância de estudos no que concerne a interseccionalidade - no caso das mulheres negras -, além de compreender vestígios de racismo científico presentes na psicologia e psiquiatria, os quais se manifestam em ações sociais e políticas.

Ademais, considera-se a falta de percepção de psicólogos da saúde - realidade que se estende à demais áreas de atuação, principalmente a clínica - no que se refere às relações étnico-raciais no Brasil -, além de compreender a necessidade de um olhar crítico diante das teorias euro-centradas constituintes da psicologia, bem como a de adoção de teorias

afro-centradas. Assim sendo, compreendendo o preterimento de aspectos políticos e sociais como geradores de problemas no âmbito psicológico e social, percebe-se que é necessário que a psicologia insira em suas considerações, aspectos voltados ao coletivo, desapegue-se de sua ideologia dominante e passe a abarcar demais epistemologias, além de instrumentalizar novas práticas metodológicas através da Psicologia crítica (Gouveia; Zanello, 2018).

Compreendendo a ação do racismo pautada na normalização de diferenças entre os sujeitos, assim como na responsabilização dos mesmos pelas desigualdades sofridas, nota-se que normas e imposições são destinadas à população negra, agindo na produção e agenciamento identitário e de subjetividades moldadas à prescrições homogêneas e passivas (Oliveira; Meneghel; Bernardes, 2009). As categorias de raça e gênero historicamente atribuem desvantagens à determinados grupos e nesse sentido, Fraser (2001 apud Lima; Rios; França, 2009) aponta a construção de dimensões voltadas ao âmbito econômico e cultural-valorativo, os quais produzem problemáticas de redistribuição e reconhecimento em função dos processos de racismo e sexismo.

Compreende-se, porém, que diante das especificidades impostas às mulheres negras em função da interseccionalidade de raça e gênero, é preciso ultrapassar os ideais de vitimização de mulheres negras os quais desconsideram as organizações de resistência empreendidas por tal grupo. Assim, ao realizar debates acerca dos processos de violência racial - bem como de gênero - é preciso confrontar o discurso que assujeita os indivíduos e incluir, portanto, as potencialidades e processos de resistência construídos por mulheres ao longo do tempo (Oliveira; Meneghel; Bernardes, 2009).

Nesse sentido, é necessário compreender a realidade do ser social como não sendo sua única possibilidade existencial, assim sendo, situado no cenário brasileiro, a realidade do indivíduo negro localizado enquanto ser social elaborado pelo colonialismo não é a realidade única de sujeitos negros. Dessa forma, compreendendo o papel da clínica na psicologia, é fundamental mobilizar possibilidades de fuga dos clientes e viabilizar a criação de novos caminhos e realidades por parte dos mesmos (Veiga, 2021). De tal maneira, entende-se a necessidade de oportunizar a gendrificação e racialização por parte da psicologia clínica a fim de se compreender a cultura e subjetivação da população brasileira (Gouveia; Zanello, 2019).

Diante disso, compreende-se que tratar a respeito da perspectiva de mulheres negras em psicoterapia envolve, portanto, compreender os fenômenos históricos e sociais direcionados à população negra e em especial, às mulheres negras contextualizadas em um país marcado por uma herança colonial e que se organiza por ideais, conforme apontado por Carneiro (2011) apoiados pelo mito da democracia racial, o qual encontra suporte pelo processo de miscigenação característico do Brasil. Processo este articulado enquanto instrumento de embranquecimento que hierarquiza - através de uma escala cromática e fenotípica - os indivíduos, localizando a aceitação social direcionada àqueles mais claros em função dos mais escuros (Carneiro, 2011).

Para além, destacar a realidade de mulheres negras a partir de suas narrativas permite compreender a manifestação das consequências das iniquidades de gênero de maneira desigual entre mulheres de diferentes pertencimentos étnico-raciais. Nessa lógica, é possível compreender os equívocos presentes no discurso universalizante sobre a mulher, bem como as ações da sociedade civil e do Estado, ao reforçar práticas que homogeneizam a vivência de mulheres. Em tal perspectiva, compreende-se que a ação do gênero imprime marcas específicas no corpo racializado (Akotirene, 2018).

Frente a tal realidade, a pesquisa proposta objetiva analisar a perspectiva de mulheres negras em psicoterapia sobre os atravessamentos de questões raciais e de gênero na interação clínica com os profissionais da psicologia que lhes atendem. De tal maneira, compreende-se que através de tal perspectiva, seja possível identificar o manejo clínico dos psicólogos e psicólogas diante de relatos de sexismo e racismo, além de entender a perspectiva das clientes acerca dos impactos subjetivos decorrentes do racismo e sexismo, em diálogo com demais temas manifestados na interação clínica.

Ademais, depreendendo a insuficiência de elementos necessários para a compreensão e atendimento da população negra no Brasil, bem como o caráter colonizado de uma prática baseada na construção teórica homogênea e universalizante da construção do humano, nota-se que a formação do psicólogo no Brasil age de maneira falha frente às consequências causadas pelo racismo (Gouveia; Zanello, 2019). Assim, o presente trabalho viabiliza analisar os diálogos entre a psicologia, o racismo e sexismo, a fim de se levantar considerações em

relação ao papel e responsabilidade da psicologia no âmbito de discussões voltadas à relações étnico-raciais e de gênero. Contribuindo, portanto, com o estudo de tais áreas no âmbito da psicologia.

Espera-se que através dos resultados obtidos e discussões propostas, novos caminhos de intervenção clínica possam ser construídos através de uma organização que parta do letramento racial e de gênero, além de instigar e promover a ampliação dos debates epistemológicos sob uma perspectiva crítica e não hegemônica, a qual volte seu olhar e discussão à realidade brasileira, conforme o conhecimento profundo de nossa realidade e experiência específica. Por fim, a pesquisa manifesta-se como cumprimento do princípio fundamental do Código de Ética da Psicologia (2005), o qual insere a atuação do profissional comprometida com a responsabilidade social, analisando de forma crítica e histórica a realidade política, econômica, social e cultural sob a qual guiará sua atuação.

2.OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar a perspectiva de mulheres negras em psicoterapia sobre os atravessamentos de questões raciais e de gênero na interação clínica com os profissionais da psicologia que lhes atendem.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar o manejo clínico de profissionais da psicologia diante de relatos de sexismo e racismo a partir da perspectiva de mulheres negras em psicoterapia.
- b) Compreender a perspectiva de mulheres negras em psicoterapia sobre as interações entre o impacto do racismo e sexismo na sua subjetividade e os principais temas que abordam na interação clínica.

3.REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Raça e Identidades Sociais

Acerca das especificidades voltadas à origem da construção do que se denomina raça, compreende-se que tal conceito abrange dimensões variantes em termos de significados conforme a ocorrência de transformações temporais, espaciais e ideológicas. A fim de estabelecer classificações entre os indivíduos, o termo raça foi adotado, em seu sentido moderno, para agrupar seres humanos que se apresentassem de maneira fisicamente divergente. Nesse sentido, faz-se necessário compreender a maneira como tal sistema de categorização instrumentalizou o pensamento responsável pela organização de hierarquias, nas quais determinados grupos são subalternizados em termos de suas características humanas pautadas em semelhanças e diferenças (Munanga, 2004).

A noção de humanidade limitada à civilização ocidental do século XV pôs em cheque o questionamento acerca da universalização daquilo que poderia ser definido enquanto um ser humano, ao comparar as descobertas de povos que apresentavam-se distintos do europeu, como o caso da população ameríndia e negra (Munanga, 2004). Nesse sentido, a atribuição de qualidades às características físicas, demonstram, desde o período de colonização das Américas, a apresentação de discursos discriminatórios nos quais a raça referenciava-se diretamente à humanidade particular de determinados grupos (Grosfoguel, 2016).

A Teologia, autoridade detentora dos instrumentos de conhecimento até o fim do século XVII, apresentava a busca de explicações acerca de indivíduos categorizados enquanto “outros” através do discurso religioso, atribuindo humanidade àqueles que comprovadamente eram tidos como descendentes de Adão. Para tanto, utilizou do mito dos Reis Magos, nos quais cada um de seus três representantes refletem igualmente a existência de três raças: semitas, brancos e negros; de modo a deixar a população indígena à margem de uma possível humanidade (Munanga, 2004).

Ainda que o conceito de raça não se apresentasse estabelecido durante tal período, o questionamento quanto a atribuição de alma à população negra e indígena já demonstrava-se carregada de um cunho racista (Grosfoguel, 2016). A partir da contestação do domínio do

conhecimento por parte da Igreja e dos príncipes, o século XVIII caracterizou-se pela centralidade de uma razão universal e, a partir de um discurso científico, resgatou a concepção de raça utilizada nas ciências naturais, a fim de nomear aqueles que se inserem pertencentes à humanidade a partir do local de uma raça diferente (Munanga, 2004).

Nesse sentido, o discurso teológico assemelha-se ao discurso científico ao manter debates voltados à humanidade de alguns, em função da animalidade de outros, mantendo-se a lógica classificatória de seres humanos e não humanos (Grosfoguel, 2016). O processo de categorização é essencialmente organizado através de parâmetros de semelhança e diferença, sendo estas pautadas em determinado critério. No que se refere ao período do século XVIII, a cor da pele, definida pela concentração de melanina, foi tida enquanto fundamento para a divisão da espécie humana organizada em diferentes raças: branca, negra e amarela (Munanga, 2004).

De maneira sucessiva, ao longo dos séculos foram estabelecidos demais critérios para a classificação das raças e a partir do século XX, com o aprofundamento de estudos voltados à genética, a raça é estabelecida enquanto um conceito inexistente em termos biológico e científico (Munanga, 2004). Apesar da elucidação de limitações voltadas à conceitualização da raça no campo biológico, bem como a desconstrução de seu significado histórico, foram mantidos e perpetuados seus encadeamentos sociais. De tal modo, a raça manifesta-se como categoria classificatória, a qual atua enquanto marcador social de diferença e que é compreendida a partir de sua construção local, histórica e cultural (Schwarcz, 2012).

À vista disso, independente de sua impossibilidade classificatória em termos genéticos, a categorização racial dispôs de funções estratificadoras em dadas sociedades caracterizadas por classes multirraciais, como o caso do Brasil (Souza, 2021). Nesse sentido, compreende-se a permanência de ideais pautados na relação entre o caráter biológico e propriedades psicológicas, morais, intelectuais e culturais (Munanga, 2004). Sendo assim, através da desnaturalização do conceito de raça, a compreensão desta passa a operacionalizar-se sob uma lógica de classificação social pautada em uma conduta negativa direcionada a determinados grupos (Schwarcz, 2012).

De tal maneira, o estabelecimento e hierarquização de valores raciais se deu de maneira a atribuir qualidades desejáveis aos indivíduos da raça branca, em função daqueles das raças negra e amarela. Tal organização ocorreu através da associação de características físicas hereditárias da população branca à aspectos positivos, tornando-os aptos à ordenar e dominar as demais raças e em especial, a negra, considerada detentora de atributos desfavoráveis (Munanga, 2004). À vista disso, compreende-se a atuação das categorias raciais enquanto responsáveis por promover a distribuição de indivíduos em estruturas sociais através de seu pertencimento, aproximação ou distanciamento do padrão racial dominante, sendo este voltado ao indivíduo branco detentor do marco referencial (Souza, 2021).

Em tal perspectiva, nota-se que a empregabilidade atual do conceito de raça é equipada de ideologia e, portanto, acoberta relações postas de poder e dominação. Tais relações são responsáveis por estruturar a organização global da sociedade e, igualmente, determinar o campo semântico da definição de raça. Sua construção foi estabelecida no imaginário e representação coletivos através de diferenças como a cor da pele e demais características morfológicas, portanto, é a partir da organização de raças sociais que são reproduzidos e mantidos os racismos populares (Munanga, 2004).

A articulação de categorias de gênero, classe, religião e idade, equiparadas à raça, demonstram de que modo discriminações e hierarquias são delimitadas e construídas. De tal modo, a partir do estabelecimento de relações entre si, tais categorias apresentam-se normatizadas através de convenções que se materializam em determinados corpos e coletividades. Assim, concebê-las de maneira articulada exige a necessidade de suas contextualizações acompanhadas de uma desnaturalização em termos de correlações deterministas que inserem em oposição, características físicas e atributos morais e intelectuais (Schwarcz, 2012).

A categorização racial ordena-se através de representações sociais, assim como mitos e ideologias, ao mesmo termo que gera influências diretas ao mundo, através da produção de hierarquias sociais que carregam consigo poder político, bem como produz identidades coletivas (Schwarcz, 2012). Tal produção acerca dos processos identitários, envolve a constituição do indivíduo através da marcação simbólica da diferença, uma vez que a

compreensão do eu, implica na sua diferenciação do outro através de comparações (Woodward, 2000).

Os diversos panoramas culturais, anteriormente responsáveis por produzir localizações rígidas de indivíduos sociais, tais quais as questões de classe, gênero, raça e sexualidade, têm se fragmentado a partir de mudanças estruturalmente transformadoras da sociedade moderna ao fim do século XX. Para além de reformas coletivas e culturais, tais mudanças têm igualmente gerado impacto acerca das identidades pessoais, de modo que a concepção de um sujeito integrado é substituída por seu deslocamento. Nesse sentido, o sujeito se vê constituído de uma crise identitária em função da dupla descentração, que se dá em sua localidade no mundo social e cultural, bem como em relação a si mesmos (Hall, 2006).

Assim, observa-se que a racialização de determinados grupos apontam em imediato ao tema da identidade racial negra no Brasil, sendo esta desde o período da colonização caracterizada pela noção de falta (Schwarcz, 2012). A transformação do indivíduo africano sob a condição de escravizado, representou a instituição do paralelismo entre a cor negra e sua inferioridade em termos sociais, demarcando suas possibilidades de ser no mundo, além de normas voltadas à interação com o branco, bem como definiu o negro como raça. Tomando por exemplo sociedades escravistas, como no caso do Brasil, a identidade negra é estruturada com base em sua renúncia, de modo que o reconhecimento de indivíduos negros se fez a partir da condição de sua negação (Souza, 2021).

Tomando por partida o contexto brasileiro, a fim de se incentivar as necessidades do capitalismo implícito na ação colonial, o catolicismo age enquanto vetor determinante no processo de racialização da sociedade. A ação de missões franciscanas e jesuítas atuaram através da utilização da narrativa bíblica em uma ação voltada à difusão de conceitos estabelecidos sob a moral, costumes e o que mais tarde denominou-se enquanto raça. Nesse sentido, a hierarquização dos povos através de tais missões fundamentou-se em alegorias bíblicas enquanto recursos de classificação racial àqueles que à priori não se sujeitam à fé cristã (Devulsky, 2021).

Apesar da desagregação do sistema escravocrata e sua substituição pelo capitalista, os padrões tradicionalistas persistiam demarcando as relações sociais entre brancos e negros.

Este ocupava o local de recém liberto, porém delimitado pela lógica escravocrata que se mantinha e o destinava ao papel de subserviência e disciplina, cabendo ao mesmo características de um indivíduo dócil, submisso e útil. Enquanto o branco ocupava o local de autoritarismo, legado da dominação senhorial que o designava a qualificação de cidadão e nesse sentido, ser bem tratado em sociedade era ser tratado como branco (Souza, 2021).

À medida que a antiga ordem social se perpetuava, novos elementos foram postos a fim de justificar a atribuição de qualidades negativas à população negra, objetivando a limitação de sua ocupação social. Nesse sentido, tais dispositivos de inferiorização em conjunto com a imposição de barreiras que impediam a ascensão social do negro, provocaram a separação identitária de tal população enquanto grupo e indivíduo. Aos mesmos, nega-se o direito ao livre ser, à espontaneidade, que lhes são constantemente vigiadas e definidas pelo lugar de referência cujo branco ocupa com exclusividade (Souza, 2021).

O estabelecimento da identidade negra delimitada pela noção de diferença que o separa do branco, caracteriza, portanto, sua construção ao mesmo tempo que impõe sua destituição. Exclui-se do negro sua capacidade de ultrapassar termos biológicos e construir simbolicamente o mundo através de sua entrada na cadeia dos significantes (Souza, 2021). De maneira explicativa, Fanon (2020, p.128) relata: “Àquela altura, desorientado, incapaz de sair por aí com o outro, o branco implacável que me aprisionava, fui para longe da minha própria presença, muito longe, e me fiz objeto”.

Diante de tal perspectiva, compreende-se a construção identitária da população negra no Brasil através da lógica da oposição em relação ao branco normativo e conseqüentemente, uma construção a partir dos elementos tidos como desviantes da normalidade estabelecida. Do contrário, ser branco no Brasil representa isentar-se da avaliação do colorismo, ou seja, significa estar alheio ao sistema de avaliação e atribuição de qualidades conforme a hierarquização racial pautada na própria superioridade branca (Devulsky, 2021).

Partindo da noção foucaultiana do que se denomina como dispositivo, ou seja, a operação de um dispositivo de poder em um campo estabelecido e que se anuncia pela articulação estabelecida entre elementos diversos e pela relação de poder presente entre eles, Carneiro (2023) propõe a operação de um dispositivo de racialidade na sociedade brasileira

que se estrutura justamente através da articulação de elementos diversos e que constituem a racialidade enquanto produtora de poderes, saberes e subjetividades através da lógica de negação de demais poderes, saberes e subjetividades decorrentes da ação daqueles localizados na posição do Outro.

O dispositivo da racialidade assim, introduz uma divisão no campo ontológico à medida que a afirmação se contrapõe à negação, nesse caso, através da hierarquização que organiza o Eu hegemônico -branco- localizado superiormente diante do Outro -negro-. Assim como o dispositivo mapeia uma atuação estratégica pautada na urgência histórica sob a qual se desenvolve, sua noção é capaz de fornecer caminhos conceituais e investigativos capazes de possibilitar a assimilação da heterogeneidade de práticas racistas e de discriminação racial que são constituídas na sociedade brasileira. Possibilitando assim, compreender a natureza de tais práticas, sua articulação e estruturação de modo que efetivam um objetivo estratégico (Carneiro, 2023).

A noção do dispositivo de racialidade, e nesse caso tratando-se da realidade brasileira, apresenta-se, portanto, através da constituição de sujeitos por meio da enunciação acerca do Outro, de modo a haver assim, uma divisão que se reverbera em termos ontológicos. Através da produção do binarismo que separa o positivo e negativo, o dispositivo de racialidade parte da cor de pele para identificar o normal, que é representado pela brancura. Para além, compreende-se que a ação do dispositivo adquire demais campos à medida que age em conjunto com o biopoder, o qual atua na dualidade entre fazer com que determinados grupos considerados superiores- e nesse caso, raças- sejam abastecidos de vida enquanto outros localizados como inferiores permitidos à morte (Carneiro, 2023).

Nesse sentido, o biopoder incide sobre a vida e sua regulamentação em aspectos abrangentes e assim, os mecanismos de disciplinar o corpo e de regular a vida articulam-se de modo a organizar uma sociedade normalizada. De tal maneira, o racismo é inserido enquanto ferramenta do Estado à medida que o biopoder emerge, cumprindo a ação de divisão do campo biológico em raças, estando este tomado pelo poder e conseqüentemente, define-se um corte que estabelece aquele que deve viver e o que deve morrer seguindo a lógica de eliminação do Outro categorizado como indesejável (Carneiro, 2023).

3.2 Racismo e Sexismo: O Lugar da Mulher Negra

Falar sobre gênero, envolve compreender uma formação identitária pautada na distinção entre a noção de natureza e cultura, referindo-se portanto, ao produto do trabalho dos aprendizados socialmente construídos em relação à biologia. Nesse sentido, ao nascerem os indivíduos são classificados conforme seu corpo biológico enquanto meninas ou meninos. Entretanto as marcações e particularidades do ser mulher ou ser homem não são determinadas em virtude da natureza biológica, mas sim de aprendizados culturais construídos a partir de diferentes classes sociais, momentos históricos e lugares (Piscitelli, 2009).

Isto posto, é então a partir do pensamento feminista na década de 1970, que o conceito de gênero é formulado enquanto uma diferença culturalmente produzida, promotora de desigualdades entre homens e mulheres, que inserem estas especificamente em um local de subalternidade (Piscitelli, 2009). A constituição e teorização de tal conceito, permite conceber portanto, o gênero enquanto dispositivo flutuante, de modo a não haver uma determinação do masculino inerente ao homem e o feminino à mulher, tais denominações passam a ser possíveis tanto em um corpo masculino como um feminino (Butler, 2003).

Por outro lado, conceber o gênero simplesmente como a ação da cultura à sombra do sexo biológico, produz uma exclusão reflexiva acerca da produção e estabelecimento do sexo em si. Assim, a compreensão do gênero restrito à cultura, parte ao princípio de uma natureza previamente sexuada de maneira binária, existente anteriormente à ação cultural. A construção humana frente a própria educação substitui assim a determinação biológica pela significação cultural enquanto destino. Dessa maneira, à medida que a ação discursiva da cultura se faz presente ao sexo enquanto um fato anatômico marcado e definido, a noção de gênero se estabelecerá desde o princípio da existência (Butler, 2003).

Nesse sentido, compreende-se que a lógica ocidental de concepção de gênero baseia-se na ideologia do determinismo biológico de modo que a centralidade no corpo, seria responsável por viabilizar o princípio lógico da organização social. A localização do diferente, pautada em explicações biológicas, expressa a noção de degeneração, apresentando um protagonismo diante das demais formas de explicar diferenças de raça, classe e gênero,

não fundamentadas na perspectiva corporal. Nessa lógica, o corpo é estabelecido como estrutura fundamental a partir do qual a ordem social é fundada através da invocação do olhar de diferenciação (Oyěwùmí, 2021).

Nota-se de tal maneira, a contribuição do discurso feminista ao apontar a organização de instituições e discursos ocidentais pautados em princípios generificados e androcêntricos, justamente por estabelecer o gênero a partir da diferenciação entre concepções biológicas e sociais, bem como sua aplicação universal. Entretanto, compreende-se a presença de elementos de construção na própria noção biológica de sexo e por isso, a distinção entre gênero e sexo é ilusória (Oyěwùmí, 2021).

Por conseguinte, a compreensão do gênero enquanto construção social localizada em um período histórico e cultural, implica igualmente na concepção de sua produção através de um determinado tempo e, portanto, houve outro tempo anterior à tal construção, de modo que a noção de gênero não tenha existido. Exemplificando tal concepção, Oyěwùmí (2021) demonstra a inexistência da categoria mulher na cultura Iorubá antes do contato estabelecido com o Ocidente. Nesse sentido, o conceito de gênero é pautado na dicotomia de categorias sociais separadas em hierarquias e binariamente distintas: homens e mulheres (Oyěwùmí, 2021).

Em seguimento, a noção de gênero pautada enquanto performance, permite a compreensão do conjunto de práticas limitadas, características e qualidades entendidas como desejáveis e carregadas de expectativas voltadas a homens e mulheres. A não performatividade de tais pautas atua sob um poder punitivo, agindo em consequências violentas desde as mais brandas até à prisão. À exemplo de tais punições, considerando o período do Brasil colônia, a introdução de ideais cristãos carregados de misoginia e controle normativo das mulheres impôs a domesticação destas através da determinação da maternidade, objetivando um projeto demográfico de povoamento (Zanello, 2016).

Cabe ressaltar que em virtude da diversidade de mulheres presentes no território em tal momento, as punições e consequências aplicáveis a cada uma delas não se deu de maneira homogênea (Zanello, 2016). Em função dos ideais associativos de cristianismo à civilização e paganismo à selvageria, foram repercutidos resultados colonialistas dotados de racismo,

castigando especialmente a população negra e indígena (Césaire, 2020). A diferenciação de tratamento entre mulheres de diferentes pertencimentos étnico-raciais, aponta a necessidade da ampliação da universalidade do discurso sobre a mulher, o qual deve ser substituído pelo recorte de classe, raça e suas especificidades, uma vez que o ser mulher possui particularidades as quais dispõem diferentes formas de opressão (Ribeiro, 2018).

Ainda sob tal perspectiva, Crenshaw (2002) propõe a análise interseccional enquanto definição conceitual voltada ao problema estabelecido de compreender e demarcar consequências estruturais e que atuam em dinamismo entre diversos eixos de subordinação. Nesse sentido, a autora destaca a maneira pela qual o racismo, patriarcalismo, opressão de classe e demais mecanismos discriminatórios operacionalizam a distribuição de desigualdades que localizam posições voltadas à determinados grupos, como mulheres, grupos raciais, etnias, classes, dentre outros (Ribeiro, 2018).

Nesse sentido, pensando especificamente no cenário brasileiro organizado através de uma ferida colonial que aparenta nunca cicatrizar, diferentes categorias são valorizadas em relação à performatividade de gênero entre homens e mulheres. Enquanto em relação aos homens são consideradas como positivas atividades laborativas- homem provedor -e o comportamento sexual ativo relacionado à virilidade sexual; às mulheres são atribuídas a valorização da renúncia sexual, a aparência corporal de acordo com os padrões estéticos, além de traços de caráter relacional caracterizado pela prática de cuidados com o outro (Zanello; Fiuza; Costa, 2015).

A noção de ser um “homem de verdade” relaciona-se diretamente com o exercício ativo de uma dominação e desempenho sexual, além de sua produtividade laboral de modo que em todos os aspectos de sua vida, é necessário ao homem transparecer a expressão de sua dominação e excelência de desempenho (Zanello; Fiuza; Costa, 2015). A masculinidade hegemônica é, portanto, construída enquanto uma expectativa de papéis relacionados à identidade do homem e um padrão de práticas e ações que viabilizem o prolongamento da dominação masculina sobre as mulheres, representando-as em um local de subordinação global (Connell; Messerschmitt, 2013).

Cabe ressaltar que o processo de conferir atribuições voltadas à noção de masculinidade não se dá de maneira homogênea, de modo que as investigações voltadas aos estudos daquilo que define o ser homem em termos sociais direciona diferentes estereótipos à indivíduos não brancos, sustentando hierarquias nos âmbitos social e político, além de subalternizar as masculinidades negras. Nesse sentido, debater acerca das masculinidades e suas corporificações envolve a condução de um olhar interseccional que priorize a individualidade de vivências, as quais apresentam-se de maneira plural no que se refere às masculinidades negras e sua construção no campo biopsicossocial (Silva, 2022).

Já na direção contrária, a feminilidade é profundamente caracterizada pela moralização do corpo feminino e de sua sexualidade. A “mulher de verdade” constitui-se pela afirmação de traços de caráter relacionais os quais as inserem em um local de cuidados e amor ao outro, além da contenção da atividade sexual enquanto qualidade valorativa. Configura-se, enquanto natural, o desempenho de papéis voltados à família, à maternidade, ao casamento e à manutenção do espaço doméstico. E para além de tais funções, é requisitado o dever moral de ser bela, sendo tal beleza baseada em um modelo gordofóbico vinculado à noção de ser acessível às diferentes mulheres (Zanello; Fiuza; Costa, 2015).

Diante do estabelecimento de qualidades desejáveis voltadas aos ideais de feminilidade, cabe retornar a noção de que as expectativas e consequências da lógica patriarcal se dão de maneira distinta às mulheres negras. Em virtude da manutenção da tríplice discriminação nos campos social, racial e sexual, a mulher negra no Brasil é designada ao setor de maior exploração e opressão no país. Tal setorização decorre justamente da estruturação de um longo movimento de marginalização prescrito por práticas discriminatórias de um país de autoritarismo evidente, como é o caso da realidade brasileira (Gonzalez, 2020).

O enfrentamento sistemático de uma realidade violenta por mulheres negras as introduz categoricamente a ordem de um indivíduo constituído de força e valentia. Dessa maneira, a internalização de guerras organizadas cotidianamente e marcadas pela manutenção da brutalidade, restitui humanidades negadas a tais mulheres. O passado de violência e dominação centrados na população negra, remontam a institucionalização do racismo

caracterizado enquanto sistema de opressão constituído por relações de poder, as quais agem continuamente na negação de direitos (Ribeiro, 2018).

Nota-se de tal maneira, que a construção social da noção de inferioridade das mulheres em relação aos homens, ou seja, o sexismo apresenta enquanto consequências, a discriminação direcionada diretamente aos grupos de mulheres, não somente através do gênero enquanto marcador social, mas igualmente por meio de outros marcadores sociais como a orientação sexual-consequência do heterossexismo-, bem como raça e classe (Murta; Del Prette; Del Prette; Zanello, 2012). Nessa perspectiva, Hooks (2020), aponta para a construção de uma barreira danosa entre mulheres enquanto consequência da combinação entre racismo e sexismo.

A deliberação acerca da participação das mulheres negras na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em agosto de 2001, contou com a mobilização de 13 organizações de mulheres negras brasileiras reunidas na cidade do Rio de Janeiro. Através de tal reunião, resultou-se o estabelecimento de uma declaração pró-Conferência de Racismo, o qual representa o matriarcado da miséria enquanto construtivo da vivência e realidade das mulheres negras no Brasil (Carneiro, 2011).

Conforme apresentado por Carneiro (2011), a declaração em questão demonstra os efeitos da união do racismo e sexismo sobre a vida de mulheres negras, os quais reverberam negativamente nas diversas áreas de suas vidas, perpassando pelo âmbito emocional e aspectos voltados aos danos gerados à saúde mental e diminuição da autoestima; bem como engloba esferas relacionais, através de menor índices de relacionamento. Para além, demonstra o estabelecimento de uma expectativa de vida inferior em cinco anos, quando comparadas às mulheres brancas e especialmente, atesta a limitação de ocupações profissionais de menor remuneração por mulheres negras (Carneiro, 2011).

Considerando a maneira pela qual são destinados efeitos violentos da articulação entre o racismo e o sexismo à mulher negra dentro da cultura brasileira (Gonzalez, 2020), cabe a compreensão acerca das experiências subjetivas de mulheres negras com o racismo, conforme explorado por Kilomba (2010). Para tanto, a fim de compreender o aspecto de desapareço e objetificante do racismo, faz-se necessária a mudança de perspectiva, sob a qual mulheres

negras sejam capazes de atingir a classe de sujeitos no âmbito do racismo genderizado (Kilomba, 2010).

Tomando por base a definição do racismo baseado no estabelecimento da diferença relacionada à valores hierárquicos estabelecidos através da dimensão poder-histórico, político, social e econômico-, é preciso conceber a maneira pela qual tal noção de supremacia branca apresenta-se em diferentes configurações na contemporaneidade (Kilomba, 2010).

Nesse sentido, Kilomba (2010) define o racismo em três moldes: o racismo estrutural, no qual estruturas políticas e sociais organizam-se em torno da exclusão de grupos racializados; o racismo institucional, no qual a desigualdade se apresenta cotidianamente através de instituições educacionais, trabalhistas e de mercado; e por fim, o racismo cotidiano, que localiza o sujeito negro enquanto “Outra (o)”, bem como como Outridade, representando dimensões reprimidas na sociedade branca.

A negação existencial igualitária em relação ao branco através do enquadramento de pessoas negras enquanto a personificação daquilo que o sujeito branco almeja em não ser reconhecido, enquadra o sujeito negro em categorias de infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização. Respectivamente, portanto, na caracterização de um indivíduo dependente, selvagem, violento, dissociado de humanidade e excessivamente sexualizado (Kilomba, 2010).

De maneira relacional, resgatando o histórico do Brasil, bem como a manutenção de suas consequências, falar sobre mulheres negras envolve retomar especificidades que reverberam nos dias atuais em termos de subjetividade, trabalho, estética, desejo, dentre outros aspectos. Assim, a necessidade de ampliação da noção de humanidade, proposta por Ribeiro (2018) nos leva a compreender a necessidade de questionar a universalização do discurso sobre a mulher, visto que sistematicamente são reforçadas estruturas que deslegitimam experiências compartilhadas por grupos específicos.

Em tal perspectiva, discorrer especificamente sobre a mulher negra envolve remontar estruturas de dominação combinadas a princípios políticos caracterizados por atualizar representações coloniais, as quais cotidianamente fortalecem e produzem desigualdades (Gonzalez, 2020). O olhar colonizador se estende aos saberes, produções e corpos de

mulheres negras, emergindo a necessidade de refutar tal ponto de vista, bem como de encaminhar-se a partir de outros (Ribeiro, 2017).

Em suma, falar sobre mulheres negras, requer a crítica à manutenção de sua desumanização e rebaixamento de suas identidades, envolve a construção de um projeto democrático cujas bases sociais ultrapassem os limites da violência do silenciamento e da negação. Requer considerar que enquanto essas mulheres são categorizadas e centralizadas como alvos de ataque, toda a humanidade corre perigo (Ribeiro, 2018).

3.3 A Psicologia e a Subjetividade Negra no Brasil: Articulação entre Raça e Gênero

A produção de conhecimento da psicologia no Brasil se deu através de uma estrutura colonial identificada através do ponto de vista branco, patriarcal e europeu, o qual foi atribuído de qualidades positivas, regado da noção de inteligência e conseqüentemente posto como relevante por partir da criação do colonizador. De tal maneira, a detenção de saberes filosóficos, existenciais, políticos, econômicos, artísticos e psicológicos foram empossados por parte de homens-brancos-europeus, os quais responsabilizaram-se por colonizar as demais possibilidades de criação e expressão que fugiam de sua métrica universalista (Veiga, 2021).

A divisão global relacionada à produção de conhecimento, demonstra de que modo nas ciências sociais, à periferia global pós-colonial são destinadas ações de coleta de dados e aplicação de conhecimento organizado, enquanto a metrópole é elevada ao lugar de produção de teoria, bem como debates intelectuais e formação de conceitos (Connell, 2012). Nesse sentido, observando o currículo de psicologia de universidades brasileiras, compreende-se o mesmo caracterizado por uma herança colonialista, nos quais autores homens-brancos-europeus são tidos enquanto referência na história ocidental da psicologia (Veiga, 2021).

Considerando tais autores, nota-se que os mesmos não são citados por verdadeiramente terem um conhecimento profundo acerca da realidade brasileira. Do contrário, seus ideais tornaram-se modelos relevantes nas instituições de conhecimento das

metrópoles as quais estabelecem instruções que estruturam a periferia global (Connell, 2012). Nessa perspectiva, o monopólio do conhecimento advindo de experiências particulares ocidentalizadas, tem promovido a legitimidade de estruturas e instituições produtoras de racismo e sexismo epistêmico, justamente por partir de lentes coloniais e patriarcais, à medida que silenciam demais conhecimentos críticos à tais projetos (Grosfoguel, 2016).

Pensando especificamente acerca das relações raciais e suas discussões inseridas no campo da Psicologia, Santos e Schucman (2015) verificaram, através da realização de um estudo qualitativo exploratório, a concepção de estudantes de Psicologia acerca da categoria de raça relacionada a compreensão de desigualdade e a relevância de discussões raciais, no processo de formação de psicólogos. A partir da realização de entrevistas e grupos focais, os estudantes de graduação e pós-graduação de uma universidade pública da região metropolitana de São Paulo informaram não ter tido acesso à oferta de disciplinas específicas sobre relações raciais no curso de Psicologia (Santos; Schucman, 2015).

A análise dos conteúdos coletados, demonstrou que os estudantes consideram a cor de pele como aspecto relevante na compreensão da subjetividade e identidade, apesar de não realizarem uma atribuição direta entre a categoria raça e o entendimento acerca de desigualdades. Para além, apontaram o tema voltado às relações raciais enquanto relevante para o processo de formação e prática profissional de psicólogos e psicólogas. De acordo com os mesmos, a temática racial não foi abordada durante a formação, indicando possíveis dificuldades ou resistências por parte dos professores em lidar com as discussões do âmbito racial (Santos; Schucman, 2015).

Nesse sentido, através do estudo realizado por Santos e Schucman (2015), observa-se que conteúdos voltados à relações raciais permanecem apartados do âmbito universitário, de modo a não oportunizar aos estudantes a realização de debates e a construção de um pensamento crítico em relação ao tema. De tal maneira, observa-se a dificuldade e descomprometimento com o tratamento de temáticas voltadas à raça, relações raciais e

racismo dentro da sociedade brasileira, tanto no âmbito da escolarização formal como no ensino superior (Santos; Schucman, 2015).

Ainda sob a perspectiva do âmbito acadêmico, nota-se uma diferença expressiva no que se refere à detenção discursiva voltada às questões raciais e questões de gênero. Uma vez que os debates e conceituação da noção de gênero articulou-se às reivindicações feministas, torna-se impossível a indissociabilidade da compreensão de tal temática de uma perspectiva política. Nesse sentido, a identidade relacional entre sujeito e objeto garante a autoridade da prática discursiva feminista, diferentemente do que ocorre no campo do saber produzido sobre o sujeito negro, constituído na maior parte do tempo, através da separação de suas reivindicações e protagonismo narrativo (Carneiro, 2023).

Nesse sentido, ainda que essa ausência narrativa tenha se transformado ao longo do tempo, percebe-se que a construção das áreas do conhecimento desenvolveram-se em especialidade em torno da ideia de conhecer o Outro e nesse sentido, a marca da diferença é tomada enquanto objeto de investigação, produção de saber e de reconhecimento. Assim, os demais saberes insurgentes são produzidos no campo da resistência e organizam-se de maneira relacional em disputa, no que se refere à produção da verdade acerca da racialidade dominada (Carneiro, 2023).

Retomando a perspectiva da construção da psicologia, compreende-se de tal modo, a produção e imposição do conhecimento à imagem e semelhança do colonizador, em virtude da ação de autores hegemônicos- homens, brancos, europeus -na construção de conceitos voltados ao manejo de subjetividades brancas. Assim, a ação de apropriação por parte da colonização ultrapassa barreiras territoriais, abrangendo igualmente a colonização de territórios existenciais ao analisar a desconsideração de subjetividades não brancas, a partir da universalização e incorporação de conceituações psicológicas e psicanalíticas de origem europeia (Veiga, 2021).

Dentre os diferentes instrumentos voltados à tortura de povos escravizados, Kilomba (2010) apresenta a descrição da imposição do uso da máscara de flandres, a qual constitui não

somente um meio de restrição alimentar do povo que a utilizava de modo forçoso, mas também um dispositivo que enquanto função principal, visava a implementação da mudez e o silenciamento forçado de pessoas negras no período colonial. Cabe porém, considerar a extensão de tal silenciamento aos dias que se seguem, avaliando a quem é permitido o direito de fala, narrativas e de (re)construção da história do sujeito negro e em especial, da mulher negra no contexto brasileiro.

A prática de dominação do outro através da repreensão de sua fala garante a colocação do mesmo enquanto antagonista do eu; divisão esta que parte da universalidade do branco o qual divide e projeta enquanto externo aquilo que receia identificar dentro de si (Kilomba, 2010). De tal maneira, o desenvolvimento da narrativa do outro e nesse caso, da população negra, historicamente parte da lente descritiva do olhar branco, o qual envolve uma relação de domínio, de modo que o poder envolvido refere-se não somente à capacidade de se contar a história do outro, mas torná-la definitiva daquela pessoa (Adichie, 2019).

A ação colonial produtora de subjetividade, apresenta o racismo, machismo e lgbtfobia enquanto resultado de uma organização que divide o mundo entre aqueles que exercem violência e as vítimas dela (Veiga, 2021). A equação que insere a colonização=coisificação propõe enquanto aspectos relacionais entre o colonizador e colonizado, um espaço atribuído à violência e desprezo. Nesse sentido, a milhões de seres humanos foram destinados sentimentos de subserviência, inferioridade e medo através do ódio (Césaire, 2020).

A construção de uma sociedade escravocrata em torno da ideia de embranquecimento como caminho desejável, como o caso do Brasil, promoveu o apagamento da história do povo negro em conjunto com a construção de uma narrativa branca e hegemônica à respeito dos mesmos. De tal maneira, a constituição da imagem do negro a partir do branco, teve enquanto consequência o desenvolvimento de sentimentos negativos, tais como vergonha e culpa, por parte da população negra em relação à suas concepções de indivíduo e de coletivo (Veiga, 2021).

A organização de afetos, bem como a forma de lidar com eles, demarcam a construção da emocionalidade do indivíduo negro brasileiro, a qual determinou-se historicamente em conjunto com sua ascensão social. A estrutura das relações raciais no Brasil, demarcada pelos pilares de cor, ideologia do embranquecimento e democracia racial, foi responsável pelo estabelecimento de condições e possibilidades de ascensão social do povo negro. Dessa maneira, tal panorama geral caracterizante da formação social brasileira, determinou a subordinação da construção da emocionalidade dessa população à medida que associava a identidade branca enquanto modelo à noção de ascensão social (Souza, 2021).

Assim, as noções de aceitação e êxito enquanto significados associados à pele branca, em conjunto com a disseminação da inexistência de políticas segregacionistas em relação à cor- ótica do ideal de democracia racial -,apresentaram enquanto resultado o desestímulo da percepção positiva do indivíduo negro em relação ao seu grupo de origem. Como consequência, o processo de introjeção da representação do negro enquanto inferior, a partir da ótica do branco, resultou no desenvolvimento de avaliações autodepreciativas por parte da população negra, representando qualificações danosas à sua imagem (Souza, 2021).

O estabelecimento de funcionamento de estruturas econômicas, jurídicas, políticas, discursivas e imagéticas relaciona-se à produção de realidades e subjetividades advindas de um sistema colonialista e capitalista. Os processos de acumulação e extração atravessam desde o trabalho em termos materiais do sujeito, até uma dimensão psíquica, na qual o valor do indivíduo negro é extraído através da produção de narrativas negativas voltadas à sua imagem (Veiga, 2021).

Frente a tal acumulação discursiva negativa voltada ao negro, estabelece-se igualmente um caminho de acumulação, porém simbolicamente positiva em torno da branquitude, que perpetua-se através de equipamentos jurídicos, políticos e midiáticos. Compreendendo a noção de subjetividade enquanto modos de ser, estar, sentir e pensar a respeito do mundo, bem como sua produção, percebe-se que a constituição de subjetividades é perpassada por

diferentes intermediários, dentre os quais, o racismo é apontado enquanto vetor da subjetividade negra (Veiga, 2021).

De tal modo, a organização de uma configuração existencial perpassada pelo racismo sobre corpos e subjetividades negras, atua de maneira a estabelecer uma condição psicológica debilitante, uma vez que a cor da pele- atribuída de significados construídos -insere o sujeito em uma condição socialmente subalterna. Assim, a perpetuação de sentimentos de ódio e desprezo, característicos da branquitude e de uma herança escravocrata, coetaneamente demarcam subjetividades negras, bem como a experiência da negritude (Veiga, 2021). Dentre os efeitos perpetuados, Souza (2021, p.56-57) afirma:

No negro, a marca da diferença, ferro em brasa que o separa do branco, é vivida não só no nível do seu comportamento externo: ele reedita essa desigualdade, introjetada no seu universo psíquico, quando, ao conviver com outro negro, seu semelhante, reproduz o ritual de separação, numa cisão caricata.

O mecanismo que direciona o ódio ao indivíduo negro, perpassa de tal maneira sua subjetividade, que o mesmo passa a direcionar igualmente tal ação a si, reverberando assim, um sentimento de auto-ódio. Nesse sentido, o afeto do outro passa a ser incorporado como sendo seu e assim, nota-se por exemplo, o processo de experimentação de culpa relacionada a aspectos econômicos precários, nos quais a maior parte da população negra se encontra. Já tratando-se do auto-ódio em termos individuais e coletivos, o mesmo caracteriza-se por sentimentos de inferioridade e falha diante das qualidades direcionadas ao privilégio da branquitude (Veiga, 2021).

Sob tal perspectiva, a produção de subjetividades negras, comporta assim, experiências marcadas pela violência em conjunto com o que Veiga (2021) denomina como efeito diáspora, em que o indivíduo é rodeado de sentimentos de não pertencimento, ausente de acolhimento e inclusão na organização de dinâmicas sociais, as quais o direciona ao local de subalternidade. Nessa perspectiva, compreende-se o modo pelo qual a ação do racismo viola os interesses políticos, sociais e individuais da população negra, à medida que tais esferas não são consideradas ou validadas em sociedade e conseqüentemente, a condição de sujeito dessa população não é reconhecida e igualmente sua subjetividade é afetada (Kilomba, 2010).

Diante disso, em função de voltar-se à produção branca e europeia sobre questões acerca de saúde mental e sofrimento psíquico, observa-se a atuação da psicologia brasileira a partir de um descomprometimento com as subjetividades negras, sendo estas ignoradas em grande parte das graduações. De tal maneira, perpetuam-se enquanto consequências à população negra, sentimentos de não compreensão acerca de suas questões, bem como sua vitimização pelo racismo por parte do profissional de psicologia, o qual em princípio deveria acolher seu paciente (Veiga, 2021).

Em tal perspectiva, compreendendo a invisibilização temática das relações raciais por parte da psicologia, cabe questionar de que maneira mais de 50% da população brasileira têm sido atendida pelo sistema de saúde mental oferecido pelo Estado e igualmente no âmbito da clínica psicológica particular (Gouveia; Zanello, 2019). A concepção do sofrimento psíquico deve ser compreendido, portanto, para além de uma dimensão particular, mas igualmente política e que, portanto, cabe ao psicólogo apresentar-se sensível aos fenômenos contemporâneos produtores de subjetividade (Veiga, 2021).

Através de relações raciais estabelecidas socialmente, a formação do sujeito é caracterizada por aspectos de multiplicidade e contradições. Igualmente ao aspecto racial, as relações de gênero atuam no processo de subjetivação e de tal maneira, o sexismo aproxima-se ao racismo à medida que a leitura simbólica de gênero e raça não são passíveis de autocontrole e portanto, estão sujeitas à exclusão e práticas de violências. Nessa perspectiva, a interseccionalidade carrega importantes particularidades que favorecem a compreensão de questões voltadas à saúde mental e sofrimento psíquico e que, portanto, devem ser consideradas nos atendimentos e intervenções psicológicas (Zanello, 2018).

A organização de um inconsciente coletivo caracterizado pelo racismo e sexismo, manifesta-se através de cenários de violência física e simbólica as quais possuem, enquanto consequência, marcas psíquicas caracterizadas pela distorção de sentimentos e de autopercepção. Através de tais percepções, a definição do autoconceito é estabelecida em diálogo com o comportamento dos indivíduos. Através da introjeção de atributos negativos socialmente estabelecidos e nesse caso, conferidos à determinado grupo racial/ generificado,

são instalados sentimentos de inferioridade, bem como de constrangimento em relação de pares, colaborando com o surgimento de comportamentos de isolamento (Silva, 2005).

O trabalho clínico em psicologia possui como objeto de intervenção, bem como matéria prima, o processo de produção de subjetividade e justamente por ter como motor os modos de viver e construir realidade, que a clínica necessita manter-se ativamente comprometida com sua organização e produção estruturada enquanto categoria de cuidado em saúde mental. A operação de dispositivos de anulação de pessoas negras no Brasil e sua reverberação em termos psíquicos de tal população, potencialmente são capazes de reproduzir experiências de negação de si mesmos (Veiga, 2021).

Nessa direção, a localização de indivíduos em posições de desimportância ou desempoderamento vulnerabilizam o sujeito e portanto, correlacionam-se à manifestação de transtornos mentais comuns, os quais demonstram, conforme pesquisas realizadas pela autora, maior recorrência em mulheres negras (Zanello, 2018). Diante disso, é fundamental salientar o aspecto político do sofrimento psíquico de modo que a promoção em saúde mental apresenta-se efetiva através da construção de novos quadros de organização política e social, bem como é preciso compreender a transversalidade entre o fazer clínico e a política (Veiga, 2021).

Por conseguinte, tratando-se das relações raciais e a clínica, Veiga (2021) compreende tal modalidade com pessoas negras enquanto uma clínica do impossível, uma vez que apesar da diversidade do público atendido, de maneira convergente todos enfrentam a impossibilidade da resolução do racismo e a partir de tal contato com o impossível, resultam-se sentimentos de impotência e insuficiência, os quais perpassam diferentes áreas da vida do sujeito negro (Veiga, 2021).

Considerando as relações estabelecidas entre raça, racismo e psicoterapia, o estudo realizado por Gouveia e Zanello (2019) aponta a maneira pela qual mulheres negras percebem seus atendimentos por parte de psicólogos brancos diante de narrativas de vivências cotidianas marcadas pelo racismo. Dentre as temáticas predominantes durante as entrevistas,

encontram-se a transferência inter-racial, bem como a carência de formação do profissional para atender clientes negros e negras no processo terapêutico (Gouveia; Zanella, 2019).

A partir das categorias organizadas através da análise de conteúdo, compreende-se a maneira pela qual as participantes da pesquisa apresentaram descontentamento diante da desconsideração, minimização ou pouca recepção por parte do psicoterapeuta frente ao relato de experiências de racismo enquanto causa de sofrimento mental. De tal maneira, o absentismo de elementos que colaborem para o atendimento da população negra no Brasil demarca a ação de uma psicologia colonizada, na qual o sofrimento humano é universalizado e a prática do racismo por omissão apresenta-se de modo característico (Gouveia; Zanella, 2019).

Os modos de subjetivação ocidental e colonial são predominantes nos indivíduos, ainda que ascendentes de origem africana, de modo que tais subjetividades apresentam seus efeitos na clínica de maneira copiosa. Nessa perspectiva, a estratégia ética, estética e política inserida na clínica demonstra ser um caminho não somente para o processo de descolonização dos modos de viver, mas igualmente para a promoção de saúde e saídas. A referência de uma clínica organizada em tais moldes, compromete-se com a intervenção no contemporâneo, enfrentando tal realidade social através de seu reconhecimento, ao mesmo tempo que a viola através de uma prática de liberdade (Veiga, 2021).

3.4 Por uma Clínica Política: Caminhos e Possibilidades de Criação

A afirmação da ação política inserida na clínica implica sua compreensão a partir de uma atuação obrigatoriamente comprometida. De tal maneira, uma vez que a profissão do psicólogo organiza-se pelo interesse relacionado ao outro, suas experimentações e subjetividade, são estabelecidas viabilidades de ação em diferentes caminhos: uma prática moldada a partir da impossibilidade de criação de saídas diante de modelos hegemônicos de produção de subjetividades padronizadas ou do contrário, ações que capacitem a criação de processos de singularização através dos caminhos possíveis dentro da prática clínica (Gondar, 2009).

A concepção divisória que localiza a separação de sofrimentos coletivos advindos de aspectos políticos daqueles experienciados de maneira individual, torna-se questão característica da cisão posta entre a ação política e clínica, a qual apresenta-se operante na lógica do senso comum. Considerando a prática clínica implicada em relação aos processos de produção de subjetividade, sendo esta transformada pelas organizações sociais do poder, compreende-se sua politização evidente à medida que a viabilização de caminhos de singularização do indivíduo envolve seu potencial crítico atuando enquanto caminhos de mudança e resistência (Gondar, 2009).

Igualmente, o território clínico é perpassado pelas transformações que se manifestam conjuntamente ao tempo e período histórico ao qual o sujeito se insere e, portanto, emerge o compromisso da ação clínica voltada ao resgate da organização da subjetividade e suas linhas processuais. A crítica à neutralidade clínica a partir da ampliação da noção de política no país, invoca a contraposição do discurso hegemônico que definia a característica liberal e de caráter privado da prática clínica, a qual voltava-se essencialmente às classes médias e altas. De tal maneira, os modelos universalizados característicos do consultório privado que concebiam um sujeito a-histórico, passaram a ser substituídos pela ampliação de alternativas de atuação (Romagnoli, 2006).

Nessa perspectiva, ao conceber a prática da psicologia enquanto atuante no que concerne aos comportamentos, conduta e subjetividade humana, compreende-se que a mesma localiza-se inserida em um campo ético. Dessa forma, as ações discursivas e técnicas da psicologia têm atuado na transformação na maneira pela qual os indivíduos se tornam seres éticos conforme condutas baseadas em uma autonomia diante da consideração daquilo que acatam ou dispensam enquanto metas morais (Rose, 2011). Assim, a ação da psicologia ultrapassa pretensões de ajustamento ou de redução de intensidades comportamentais e atua na proposta criativa de construção de novas possibilidades de mundos e arranjos existenciais (De Souza, 2012).

A modalidade clínica da psicologia se apresenta para além de uma configuração de seu espaço como o caso do consultório privado, ela se estende em seu fazer qualificado em termos de escuta e acolhimento oferecidos aos sujeitos. A psicologia clínica se caracteriza, portanto,

na configuração de uma postura frente ao outro, orientando-se essencialmente por uma ética e não somente através de modelos teóricos fechados. Considerando o encontro frente aos modos de subjetivação guiados pela necessidade de criação de alternativas, compreende-se a ação clínica enquanto um fazer político, justamente em função de seu caráter transformador (Moreira; Romagnoli; Neves, 2007).

Igualmente, a prática política orientada pela perspectiva de mudança se apresenta em convergência com a ação clínica, através da qual estabelece a relação entre os indivíduos por meio da ação que pretende gerar transformações no ser humano. A mudança enquanto estratégia de transformação no campo subjetivo combate de tal maneira, práticas e organizações de assujeitamento que dissipam a criação de possibilidades à medida que permite a criação de novos caminhos diante de um cenário que por vezes se demonstra em esgotamento (Gondar, 2009). Assim sendo, produzir mudanças implica em um fazer político (Moreira; Romagnoli; Neves, 2007).

Concebendo a operação do campo social sobre o indivíduo, nota-se o caminho de afastamento dos indivíduos de seu potencial desejante e conseqüentemente, de sua subjetividade. Diante disso, a ação clínica comprometida com os processos de produção subjetiva volta-se à questão da necessidade de criação de modalidades as quais agem através do enfrentamento de problemas políticos, colaborando para a construção de caminhos de singularização frente ao cenário de assujeitamento (Gondar, 2009).

Diante da ação contemporânea de captura de subjetividades, a clínica se apresenta como atuante na produção superando as barreiras de reprodução de tais modos de ser, configurando uma forma de resistência. Pensando no sujeito para além de sua organização individual, mas também em sua formação através do encontro social, é preciso projetar uma clínica que abarque a produção do coletivo, uma clínica social que atua na sustentação da alteridade, dos modos de existir que se manifestam singularmente frente à homogeneização e massificação da vida (Moreira; Romagnoli; Neves, 2007).

Em suma, a psicologia e seu destino apresentam-se ligados à necessidade do campo social enquanto território de pensamento e de realidade. De tal maneira, promoveu a inauguração de diferentes planos de ação e reflexão frente às problematizações da existência

humana através de uma linguagem que passou a abarcar os planos social e político (Rose, 2011). A clínica, portanto, se organiza, entre outros aspectos, em uma escuta guiada pela postura ética e política frente ao indivíduo. Não caracterizando-se pela determinação de seu espaço em si, mas pelo compromisso profissional e as estratégias de libertação e potencialização do sujeito (Moreira; Romagnoli; Neves, 2007).

Ainda sob tal perspectiva, nota-se a urgência da desvinculação de uma prática tradicional moldada às expectativas de uma pretensão apolítica, a-histórica e acrítica no que se refere à escuta clínica, em uma proposta de compreender e revelar os determinante sociais que demarcam a saúde mental, bem como atravessam modelos de formação profissional (Favero; Kveller, 2022). Assim, tomando enquanto enfoque as relações raciais aqui discutidas, Favero e Kveller (2022) apontam para a manifestação do fenômeno da alienação racial não somente voltada à incompreensão da própria existência, mas que igualmente ultrapassa a experiência marcante da subjetividade podendo ser aplicada à própria psicologia institucionalmente, que apesar de racializada, não se reconhece do mesmo modo.

Assim, objetivando o rompimento de tradições nas quais as intervenções limitam-se ao *setting* terapêutico enquanto mecanismo essencial de cuidado, o surgimento de psicologias adjetivadas- como psicologia preta, psicologia feminista, psicologia afrocentrada - assumem o papel de oposição aos mecanismos de assujeitamento preservado por saberes e valores civilizatórios da psicologia tradicional. De tal forma, desassociado da linearidade que propõe as noções de civilização, a adjetivação da psicologia caminha no movimento de um giro ético a fim de propor a desautorização de discursos institucionais (Favero; Kveller, 2022).

4.MÉTODO

4.1 Natureza da Pesquisa

A prática científica dentro do âmbito das ciências sociais diferencia-se significativamente em relação à epistemologia positivista predominante, tradicionalmente, no campo das ciências naturais. Configurada pela visão determinista da realidade, que pode ser observada a partir da suposta neutralidade do pesquisador- o qual diferencia-se de forma excludente de seu objeto de estudo -,a perspectiva positivista desconsidera quaisquer influências de aspectos subjetivos ou afetivos na prática científica (Madureira; Branco, 2001).

Minayo (2016) aponta que as diferenças características da metodologia hegemônica do positivismo se perdem no quadro das ciências sociais, a partir do momento em que seu objeto de estudo, ou seja, a realidade a ser investigada, é vivenciada e possui como atuantes os próprios seres humanos. Nessa perspectiva, a diferença crucial entre as ciências da natureza e as ciências da sociedade, apresenta-se fundamentalmente na relação entre sujeito e objeto que se mostram ontologicamente semelhantes nas disciplinas orientadas ao estudo da realidade humana e social (Matta, 1981).

Para além, diferentemente das ciências naturais caracterizadas pelo estudo de fenômenos passíveis de isolamento e reprodução controlada, de causalidade simples e de testagem objetiva em diferentes momentos, locais e pesquisadores, as ciências sociais demonstram a complexidade do fenômeno estudado em virtude da impossibilidade de seu isolamento em relação à época (Matta, 1981).

Assim sendo, propondo uma perspectiva alternativa ao positivismo, a epistemologia qualitativa desenvolvida por González-Rey (1997, 1998, 1999 apud Madureira; Branco, 2001) se dispõe à compreensão da realidade considerando os aspectos histórico-culturais que a constituem, bem como as particularidades do âmbito de estudo psicológico. Nessa perspectiva, Minayo (2016) explicita como característica da pesquisa qualitativa, a preocupação com a esfera dos significados, com o estudo de uma realidade a qual não pode ser quantificada e que engloba questões bastante

singulares.

Conforme Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa se apresenta oposta à quantificação como único recurso de investigação, caracterizada pela universalização de leis amparadas em propriedades estatísticas e observações externas e objetivas. Dentre os pontos centrais apresentados por González Rey (1999 apud Madureira; Branco, 2001), são características da epistemologia qualitativa o caráter interpretativo e interativo na produção do conhecimento, além da consideração da singularidade do sujeito a qual se expressa para além da individualidade do mesmo.

Sendo assim, para além de uma preocupação única quanto à utilização do instrumento como recurso interpretativo das respostas do sujeito, a pesquisa qualitativa amparada no referencial epistemológico qualitativo, preocupa-se com o questionamento da construção metodológica em si, dentro da psicologia (Madureira; Branco, 2001). Para além, as técnicas da pesquisa qualitativa compreendem aspectos voltados à observação direta dos fenômenos priorizando os acontecimentos síncronos, bem como protagonizam a narrativa dos indivíduos que experienciam determinado fenômeno, além de ocupar-se de processos que ultrapassam a vivência individual e que, portanto, necessitam de um acompanhamento em maior duração de tempo (Alonso, 2016).

4.2 Instrumentos de Coleta de Informações

Foi utilizado como instrumento de coleta de informações na pesquisa em questão:

1. Entrevista semi-estruturada com mulheres negras à respeito de suas perspectivas e processos pessoais vivenciados em atendimentos psicoterapêuticos.

A pesquisa foi realizada utilizando enquanto recurso metodológico entrevistas individuais semiestruturadas, as quais caracterizam-se pela articulação entre questões principais e específicas previamente formuladas pelo entrevistador e novos questionamentos relacionados ao tema que podem ser incluídos durante o processo da entrevista, caracterizando um grau de liberdade do pesquisador (Lima, 2016). Caracterizadas por um caráter dialógico, a entrevista se configura como um espaço

tangido por significados construídos mutuamente pelo pesquisador e o entrevistado (Madureira; Branco, 2001).

A sistematização da conversa característica da entrevista, objetiva a recuperação e registros de experiências de vida, as quais tornam-se mobilizadas através do papel ativo do entrevistador o qual distancia-se da indução de respostas específicas. Nesse sentido, partindo dos critérios e interesses relacionados ao tema investigado torna-se possível a aproximação individual e íntima com a participante, aprofundando em sua biografia através da representação de sua autodescrição, apresentação de si e de suas experiências, valores e opiniões (Lima, 2016).

Nesse sentido, a escolha da entrevista individual semi estruturada favorece a aproximação com a experiência das participantes, uma vez que viabiliza a expressão de suas percepções no que se refere o processo psicoterapêutico, bem como identificar os impactos do racismo e sexismo em suas subjetividades através de relatos voltados à história de vida e a manifestação de tais fenômenos na interação clínica. Dessa forma, a pesquisa qualitativa em questão, realiza o uso da entrevista na qual a fala dos indivíduos é utilizada primordialmente como registro de dados (Lima, 2016).

4.3 Perfil das Participantes

- a. Mulheres negras maiores de 18 anos residentes no DF no momento da pesquisa e que participam e/ou participaram de atendimentos psicoterapêuticos por pelo menos 1 ano.

5. PROCEDIMENTOS

Etapa 1 – Levantamento bibliográfico e sistematização de aporte teórico relativo ao tema pesquisado

Processo de racialização no Brasil. Articulação da interseccionalidade de raça e gênero. Racismo e sexismo. Letramento racial e de gênero do profissional da Psicologia. Psicologia e relações Étnico-Raciais. Produção de subjetividades. Impacto do racismo na subjetividade de mulheres negras. Manejo clínico diante de casos de racismo e sexismo. Clínica social e política.

Etapa 2 – Avaliação do Comitê de Ética

Em conformidade à Resolução nº. 466/2012, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), em função de se tratar de uma pesquisa com seres humanos. O projeto foi aprovado com número CAAE 74406323.1.0000.0023. O TCLE garante o emprego dos aspectos éticos. O trabalho em questão não ofereceu risco à pesquisadora e às participantes, as quais foram informadas quanto à natureza e proposta da pesquisa, de modo a voluntariamente optar pela participação.

Etapa 3 – Mapeamento e recrutamento de participantes

a) Amostra por conveniência

Todas as participantes foram recrutadas através da divulgação da pesquisa em grupos de comunicação e redes sociais da rede de relacionamentos da pesquisadora. Através de tais meios de comunicação, foi divulgado um Formulário do *Google* a fim de serem recrutadas participantes, bem como realizar o recolhimento de dados sociodemográficos. Em seguida, as entrevistadas foram contactadas através do *Whastapp* a fim de realizar o agendamento das entrevistas. A pesquisadora realizou a explicação dos objetivos da pesquisa, bem como o modo como seria dado o processo de coleta de informações através de uma pesquisa semiestruturada, na modalidade online ou presencial conforme a preferência da participante.

Para a pesquisa, esperava-se entrevistar 6 mulheres, sendo tal quantidade abarcada. Enquanto critérios de participação, contou-se com a necessidade a autoidentificação enquanto mulher (cis ou trans) autodeclarada negra, com idade superior à 18 anos. Igualmente, estabeleceu-se o critério de participar e/ou ter participado de atendimentos psicoterapêuticos por pelo menos 1 ano. Os nomes fictícios, idade, área profissional, identidade de gênero e orientação sexual das participantes encontram-se expostos no quadro abaixo.

Quadro 1- Dados Sociodemográficos das Participantes

Nome	Idade	Área profissional	Identidade de gênero	Orientação sexual
Cida	24	Estudante	Cisgênero	Heterossexual
Carolina	38	Administração	Cisgênero	Heterossexual
Conceição	36	Psicóloga	Cisgênero	Panssexual
Lélia	23	Estudante/ Professora	Cisgênero	Bissexual
Neusa	23	Psicóloga	Cisgênero	Bissexual
Sueli	41	Estudante/ Empresária	Cisgênero	Heterossexual

Fonte: Elaboração própria da pesquisadora.

Etapa 4 – Realização de entrevistas semiestruturadas

Após o agendamento da entrevista e no momento de execução da mesma, foi solicitada a gravação de áudio objetivando a coleta das informações compartilhadas. Para tanto, foram esclarecidas questões voltadas ao sigilo, respeito e responsabilidade diante dos dados coletados. Tais informações, bem como as demais que se mostraram necessárias foram situadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, enviado para as participantes em

momento anterior à entrevista. Em seguida as participantes manifestaram o consentimento frente à participação voluntária na pesquisa através de expressão verbal. Após a exposição da concordância em relação a sua participação, foi dado início a entrevista.

Etapa 5 – Transcrição e sistematização das informações coletadas e análise do conteúdo

Após a transcrição literal dos áudios das entrevistas realizadas, a pesquisadora voltou-se à leitura e investigação do material coletado objetivando realizar a análise de conteúdo. Esta caracteriza-se por duas funções em sua aplicação: à verificação de hipóteses e/ou questões, e à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Enquanto a primeira refere-se à possibilidade de encontro de respostas frente às questões previamente formuladas, a segunda diz respeito à busca de sentido do que é comunicado, do que apresenta-se para além das aparências (Minayo, 2016).

Dividida em três principais etapas, a análise de conteúdo organiza-se inicialmente através da 1) Pré-análise, na qual os materiais coletados são organizados. Em tal etapa, realiza-se a leitura do material, de modo a definir os conteúdos que serão analisados- a priori - ou realiza-se a seleção dos conteúdos coletados a fim de respaldar a análise- a posteriori-. Tal processo desencadeia-se na reunião dos documentos voltados ao tema, assim como em sua homogeneidade e coerência temática (Bardin, 1977).

Em sequência, a etapa 2) Exploração do material, caracteriza-se pelo delineamento de aspectos, contextos e registros aos quais a análise será destinada. Em tal processo, são categorizadas e codificadas temáticas e conteúdos considerados relevantes para a pesquisa. Por fim, a etapa 3) Tratamento dos resultados e interpretação, volta-se ao processo de significação dos conteúdos expressos através da estrutura de diálogo posta entre o pesquisador e o entrevistado, em questão (Bardin, 1977).

Diante disso, a partir dos Objetivos da pesquisa, da Revisão Bibliográfica e dos temas apresentados em relevância durante as entrevistas, foram construídas três categorias analíticas temáticas: 1) Racismo, Sexismo e Subjetividade: diálogos entre interseccionalidade e

reconhecimento; 2) Psicoterapia em foco: identidades de gênero e raça e o manejo clínico do profissional da psicologia; 3) Por uma clínica comprometida com as relações raciais e de gênero: caminhos para uma Psicologia crítica.

A análise de conteúdo, desenvolveu-se assim através da investigação e comparação dos trechos selecionados contendo falas das participantes entrevistadas localizados nas categorias delimitadas. Enquanto critério de análise, considerou-se a similaridade e convergência entre os trechos, bem como a explicitação dos conteúdos revelados nas falas. Em seguida, construiu-se a relação entre tais trechos e a literatura utilizada enquanto base para a construção da pesquisa, de modo a utilizá-la enquanto lente de análise para evidenciar o fenômeno explorado. Em tal momento, foi notada a necessidade de utilização de novas literaturas a fim de possibilitar a compreensão dos fenômenos manifestados nas falas selecionadas das participantes. Assim, os resultados foram interpretados e relatados através das análises das categorias estabelecidas.

Etapa 6 - Produção do relatório final

Na etapa em questão, a monografia foi construída a fim de se explicitar os resultados da pesquisa realizada, tratando-se, portanto, de uma etapa voltada à comunicação e divulgação.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tomando como base as categorias analíticas temáticas anteriormente citadas, serão apresentados e discutidos neste capítulo os resultados mais significativos.

6.1 Racismo, Sexismo e Subjetividade: Diálogos entre Interseccionalidade e Reconhecimento.

Dentre as temáticas abordadas durante o momento da entrevista, apresentou-se de maneira fundamental o conteúdo representado através de respostas as quais carregavam uma profunda interação da interseccionalidade entre raça e gênero. Em certa medida, todas as entrevistadas apresentaram a identidade de gênero enquanto vivência atravessada pela ótica racial e em tal perspectiva, as participantes compreendem a singularidade de processos vividos em função de tais demarcações identitárias. De tal maneira, nota-se tais aspectos presentes nas falas de Cida, Conceição e Lélia:

Cida: “Eu não teria como falar de gênero sem falar de raça, então eu falo que eu sou uma mulher negra e ser uma mulher negra passa por vários atravessamentos assim”.

Conceição: “Sendo uma mulher negra, não dá pra falar de raça sem gênero e não dá pra falar de gênero sem raça. Uma coisa não vem antes da outra, porque são duas coisas físicas, corporais, então as duas vêm juntas”.

Lélia: “Ser mulher, pra mim, é sobreviver numa sociedade lutando diariamente por direitos básicos (...) a gente que é mulher negra consegue ver um pouco mais de dificuldade, pouco não, né? A gente consegue ver mais dificuldades nessa coisa de pedir os direitos básicos que eu tinha falado anteriormente, né?”.

Os trechos apresentam aspectos significativos à medida que, de diferentes formas, abarcam o tema da interseccionalidade. Assim como apontado por Collins (2021), compreende-se que a manifestação de relações de poder as quais envolvem aspectos de raça, gênero e classe não revelam-se enquanto elementos distintos mutuamente excludentes, mas do contrário, sobrepõem-se e seu funcionamento ocorre em uma lógica unificada. De tal maneira, ainda que não se apresentem necessariamente de maneira evidente, as relações interseccionais de poder influenciam de maneira ampla nos diferentes elementos da vida social (Collins,

2021).

Sob tal perspectiva, nota-se que Cida aponta a indissociabilidade da questão racial e de gênero em sua vivência enquanto mulher negra e Conceição menciona a manifestação física e corporal de tais demarcações identitárias. Destaca-se o uso de terminologias como: “*atravessamentos*” e “*as duas (coisas) vêm juntas*”, termos que revelam o modo como a interseccionalidade está intimamente relacionada à vida prática de tais mulheres.

Compreende-se que a fala da participante Lélia como a identidade de gênero e de raça dialogam de modo que os acessos à direitos entendidos como básicos dentro de uma sociedade se complexificam. Nesse sentido, cabe-se igualmente a reflexão quanto os caminhos pelos quais, partindo no conceito de interseccionalidade, torna-se possível a realização de intervenções e letramentos nos campos político e jurídico quanto às condições estruturais de violências como o racismo e sexismo, suas sobreposições e a maneira pela qual as mesmas constituem encargos específicos às mulheres negras (Akotirene, 2018).

Para além, destaca-se a partir da contribuição de Lélia o apontamento quanto a necessidade de “*pedir os direitos básicos*”. Percebe-se que acessos como estes encontram-se com frequência invisibilizados dentro de um feminismo hegemônico e liberal e que conseqüentemente ressoam em impactos negativos em vivências de mulheres negras. Nesse aspecto, compreender a problemática frente ao discurso universalista que busca homogeneizar e neutralizar a experiência de mulheres, torna-se imprescindível, visto que assim como aponta Lorde (2019) recusar o reconhecimento das diferenças de raças entre mulheres e as conseqüências das mesmas, simboliza a ameaça à força das mulheres. Assim, a introdução de uma perspectiva que ultrapasse uma ideologia do individualismo liberal constitui-se como base enquanto resistência a admissão do discurso feminista dominante (Hooks, 2015).

Ainda sob a perspectiva quanto aos atravessamentos de identidades de gênero e raça, as participantes apontam a experiência quanto aquilo que compreendem como o ser mulher, evidenciando de tal maneira suas percepções voltadas a concepção de gênero e seus papéis

socialmente estabelecidos:

Conceição : “Ser mulher(...) A primeira coisa que me vem à mente é um descontentamento. É algo que eu gostaria que fosse opcional. Embora, para mim, pareça natural como a cor da minha pele, a minha nacionalidade, a minha língua materna. São coisas naturais, que me vêm naturalmente, que são o que eu sou, ao mesmo tempo, me parecem imposições. É o que eu sou, mas foi imposto. É uma coisa muito conflituosa para mim”.

Lélia: “Pra mim, é esse fato de resistir, de tentar se adaptar e lutar, né? Pelas coisas que a gente simplesmente não consegue por ser mulher”.

Neusa: “Eu acho que a gente está num lugar de muita cobrança e de muita culpa. Eu acho que isso está muito intrínseco ao que é ser mulher hoje em dia. O que sempre foi também, né? Isso vai vir no passar de gerações. Mas a gente está sempre sendo cobrada para produzir, né? Produzir cuidado, em nossa maior parte do tempo, então, produzir cuidado à família, às amigas, aos relacionamentos amorosos, nas profissões (...) A gente tem que produzir o cuidado e de muita responsabilidade de manter muitas coisas em ordem, vivendo numa constante insegurança em âmbitos privados, de relações privadas e relações externas também”.

Observa-se que através da contribuição das entrevistadas, a compreensão diante da noção atributiva referente aos limites estabelecidos pelo gênero e sua configuração que estabelece possibilidades de um grupo em função da demarcação de limites frente à outros. Conforme proposto por Oyèwùmí (2021), a noção da organização de sociedades ocidentais se estabelece em torno da concepção de que corpos físicos necessariamente são corpos sociais e, portanto, a separação entre sexo e gênero não se mostra verdadeiramente distinta. Tal concepção pode ser percebida no que é trazido por Conceição, ao apontar o sentimento de descontentamento justamente pela percepção de que apesar da naturalização posta daquilo que se compreende enquanto ao ser mulher, há um conflito estabelecido diante das imposições que tal categoria identitária vem acompanhada.

Diante das falas de Lélia e Neusa, nota-se uma convergência quanto à localização da experiência de ser mulher em fronteiras marcadas pela limitação. Estas são percebidas seja pela noção de restrição que implicaria em uma postura de resistência ou adaptação- conforme apontado por Lélia -, seja pelo controle produzido através da delegação de práticas de cuidado, as quais ultrapassam tradições geracionais e permanecem localizadas enquanto exigências nos dias de hoje - assim como apontado por Neusa-. Nota-se, mediante as

contribuições das participantes, a existência de uma lógica de produção e cobranças a qual contrapõe-se à escassez em um campo afetivo ou de segurança nos âmbitos públicos ou privados.

Tais considerações sinalizam o histórico ainda presente na sociedade brasileira decorrente de sua herança colonial, na qual de acordo com Zanello (2016) a organização social era demarcada pelo forte desejo de normatização das mulheres voltando-se à sua domesticação, revelando o estabelecimento de uma evidente misoginia. Ainda sob tal lógica, Oyèwùmí (2021) evidencia a maneira pela qual a ação da colonização desenvolveu-se através de processos inseparáveis sob os quais a lógica da inferiorização se estabeleceu aos grupos: dos africanos- pela racialização-, e das mulheres- pela subordinação.

Diante de tal perspectiva e em diálogo com a fala das entrevistadas, reflete-se acerca da maneira pela qual a condição de inferiorização das mulheres, em especial mulheres negras, alimenta-se nos dias que seguem e de forma indissociável está localizada sob uma organização política. Observa-se tal consideração, pela reflexão de Conceição:

Conceição: “Então, parece que em ser mulher tem um aspecto de aceitar algum tipo de imposição, mas ao mesmo tempo, ter que reconhecer que existe alguma coisa de criativo nisso também. Não só a mulheridade imposta enquanto sujeito social e servil historicamente, mas também no combate a isso, a criação de algo novo, como uma única saída. E aí, nesse sentido, ser mulher se torna uma opção política (...) já que estamos aqui, que se abra alguma coisa para algo parecido com uma sublimação na política”.

Diante da fala da participante, nota-se o apontamento da localização da mulher no campo de subordinação que se revela pela noção de aceitabilidade de imposições descritas pela ocupação de funções de servilismo historicamente destinadas. Por outro lado, a ideia proposta de fuga e resistência a tais papéis sociais colocada pela participante permite compreender que a criação de algo novo se faz como necessário, pois a expectativa moldada em categorizações antigas ainda se fazem presentes. E nesse sentido, a ação no campo político que evidencie a singularidade da experiência vivenciada é essencial, assim como proposto por Gonzalez (2020) uma vez que o compromisso com a transformação social deve agir no descontentamento diante de ideologias de exclusão que se revelam na exploração e

subordinação racial e sexual.

Em sequência às noções de papéis estabelecidos às mulheres e trazendo explorações quanto as diferentes formas de categorização que atribuem estereótipos, expectativas e desígnio de características sociais direcionadas especificamente à mulheres negras, as falas de Neusa, Cida e Sueli demonstraram convergência no que se refere à percepção de tal experiência, bem como as consequências decorrentes da mesma:

Neusa: “A gente está muito nesse lugar de cuidado, a gente é a base da pirâmide. Se a gente não levanta para poder fazer as coisas acontecerem, falando de um jeito mais prático, as coisas muitas vezes não acontecem. Então, hoje, como mulher negra, me vejo tentando construir um espaço de autoestima, um espaço de confiança, tentando chegar em um lugar de poder que me é negado muitas vezes”.

Cida: “A gente fala muito sobre várias demarcações de mulheres negras, geralmente já veem mulheres negras como mulheres barraqueiras e às vezes as mídias reforçam muito isso de mulher que briga, mulher que grita ou também da hiperssexualização (...) é aquilo, a globeleza é usada como corpo nú, como entretenimento. Então essas questões são muito demarcadas, atravessam muito minha vida, então eu me vejo em muitas coisas que são ditas dentro do que é visto de uma mulher negra”.

Sueli: “Então eu vejo que a mulher negra vai ser colocada no lugar de ser a menos inteligente, a pessoa que possivelmente não vai ter a competência pra isso ou pra aquilo, mas pra cuidar ela é boa (...) então ser mulher negra é me descobrir nesse lugar de muito sofrimento, num lugar de privações, então privação do prazer até (...) ser mulher negra também tem muito essa questão da hiperssexualização, então eu ando na rua, eu tenho nojo, eu vejo os homens que me olham de um jeito assim, como um objeto, uma coisa”.

Os trechos em questão manifestam a preeminência de determinados estereótipos que são percebidos e experienciados pelas entrevistadas de maneira intensiva e repetitiva. Nota-se inicialmente a associação de mulheres negras ao cuidado, o qual manifesta-se enquanto pilar que organiza uma sociedade em torno de relações de poder, sendo este não viabilizado para determinados grupos. Assim, as falas das participantes refletem justamente a maneira pela qual a estabelecimento de estereótipos consequentes do racismo e sexismo na sociedade brasileira inserem a mulher negra nos mais altos níveis de opressão, assim como é demonstrado por González (2020). Nesse sentido, Ribeiro (2018) denuncia a necessidade de compreender a maneira pela qual a objetificação dos papéis que subalternizam e exotizam mulheres negras atuam no impedimento de que as mesmas ocupem locais alternativos e que

desempenhem diferentes papéis que desvie das categorizações socialmente postas.

Para além, compreende-se que a lógica de privação, seja afetiva ou de qualidades, mostra-se presente à medida que à tais mulheres são destituídas possibilidades de narrativa ao passo que são mantidas leituras e significados que as categorizam, estabelecendo a destituição de uma possibilidade de autodefinição. O que pode ser percebido igualmente aos aspectos voltados à marcações e leituras que as inserem em uma lógica de hiperssexualização e servilismo expresso pelo exercício do cuidado. Sendo este posto através de uma lógica essencializada às mulheres negras e que permanece em manutenção através da organização que anteriormente se colocava pela exploração do senhor em relação aos povos escravizados e que hoje é substituído pela mercantilização do trabalho doméstico, por meio do mercado privado ou políticas públicas (Passos, 2017).

Conforme González (2020) a construção do mito da democracia racial oculta elementos para além daquilo que mostra e nesse sentido, exerce uma violência específica direcionada à mulheres negras uma vez que as localiza por um lado, através de um endeusamento carnavalesco- assim como Cida aponta a partir da referência da globeleza- e por outro, essa mulher é convertida na figura da empregada doméstica, voltada à ações de servidão e cuidado- como comentado por Neusa e Sueli. Cuidado este que para além de ações voltadas à organização da vida - em termos de organização do âmbito doméstico - é exigido igualmente no campo do abastecimento de necessidades ontológicas do ser (Passos, 2017). Ou seja, o direcionamento do cuidado à dimensão do ser enquanto tal, envolvendo questões amplas de uma perspectiva existencial (Carneiro, 2023).

Percebe-se que à medida que significados e categorizações previamente citadas naturalizam-se socialmente, os impactos subjetivos tornam-se aparentes em diferentes campos de ação ou ideias, assim como Cida aponta em sua fala:

Cida: “Mas acho que dizer sobre todas as mulheres de alguma forma afeta, respinga em mim. E aí eu tenho medo também de não ser aquilo que esperam, de ser aquilo que demarcam como negativo, tipo a barraqueira. Eu quero ser o oposto, eu quero ser a que não briga. Ou a hiperssexualizada, então ter vergonha de mostrar o corpo de alguma forma ou ter medo de ser vista dessa forma. São

várias questões que acontecem, como a gente é vista que atravessam a gente, a gente fica tipo: não quero ser isso, eu quero ser isso, então são muitas nuances”.

Da mesma forma, Sueli e Carolina apontam de maneira comum à demais expectativas voltadas à mulheres negras as quais compreendem determinar seus modos de expressão afetivo e comportamental:

Carolina: “Então, acho que eu cresci com esse exemplo de que não existia essa coisa de: Ah, sou mulher, então eu sou frágil. Eu aprendi que eu tinha que ser forte. Acho que nem foi tão bom pra mim não, mas querendo ou não, foi algo que ficou mesmo”.

Sueli: Porque a coisa que eu mais detesto são as pessoas falarem que eu sou forte. E quando eu comecei a fazer essas leituras sobre ser uma pessoa negra, sobre ser uma mulher negra, isso é mais um, sei lá, algo que colocam na gente”.

Compreende-se através da contribuição das participantes, a influência direta dos estereótipos e a maneira pela qual, por vezes, a direção de suas ações molda-se às expectativas sociais postas, ao mesmo tempo que entram em conflito diante da possibilidade de correspondê-las. Nesse sentido, Cida relata encontrar-se em uma localização na qual o discurso sobre a mulher negra inevitavelmente a atravessa, e assim a participante vivencia aquilo que Foucault (1979 apud Carneiro, 2023) revela quanto a maneira pela qual os sujeitos formam-se através dos discursos os quais configuram-se enquanto prática social originada dos diversos pontos de poder.

Em tal perspectiva, a possibilidade de agir de maneira a convergir com estereótipos sobre as mulheres negras, insere Cida em um local de conflito subjetivo uma vez que o discurso necessariamente a coloca em atribuições do indesejado e assim como Carneiro (2023) evidencia, o saber sobre o corpo negro configura-se na lógica de diferenciação através da racialidade, legitimando distinções sociais - percebidas no caso das entrevistadas através de estereótipos apontados - que partem de discursos exercidos e inseridos em relações de poder. Assim, percebe-se através da fala das participantes, a maneira pela qual as mesmas possuem o acesso aos discursos socialmente produzidos à mulheres negras e o efeito dos mesmos em termos individuais no campo da subjetividade, mas igualmente no coletivo por representarem, como Carneiro (2023) aponta, um sentido estruturante das relações de poder.

Para mais, Carolina e Sueli enunciam uma denúncia já realizada no século XIX, na Convenção de Direitos das Mulheres de Ohio, quando Sojourner Truth questiona em seu

discurso “E eu não sou uma mulher?” as limitações de um discurso feminista hegemônico que falha em termos do não reconhecimento das questões raciais e que exclui experiências individuais vivenciadas por mulheres negras (Barbosa; Oliveira; Corrêa, 2023). A utilização do termo “*forte*” apontado pelas participantes revelam então, a maneira pela qual mulheres brancas historicamente foram tidas enquanto incapazes ou delicadas para a realização de trabalhos, por exemplo, enquanto mulheres negras já eram introduzidas em um campo de violência e de restituição de uma humanidade de modo a categorizá-las enquanto fortes (Ribeiro, 2018).

No que tange os temas discutidos nesta categoria: “Racismo, Sexismo e Subjetividade: diálogos entre interseccionalidade e reconhecimento”. Todas as falas são transversais aos tópicos discutidos acerca de questões como interseccionalidade e a preeminência de estereótipos e suas consequências. Considera-se também que as participantes relataram a maneira como individualmente percebem e experienciam situações de racismo de maneira semelhante e o modo como o mesmo invade e produz impactos no campo subjetivo. Condição esta que pode ser notada na fala de Conceição, quando questionada acerca dos momentos em que compreende ter vivenciado o racismo e sexismo em sua trajetória:

Conceição: “Eu um pouco me recuso a ter que pensar nisso de uma maneira episódica, até porque, na minha vivência, por uma questão de sobrevivência, eu acho que tentei ignorar episódios que aconteceram (...) eu me lembro de um momento em que a minha irmã virou para mim no supermercado e falou: Nossa, não sei como você aguenta. E aí eu disse: Eu aguento o quê? E ela: Ah, esse segurança atrás de você. Aí eu meio que percebi que eu não aguento, eu ignoro, eu denego. É como se fosse uma alucinação negativa. A coisa está ali e eu finjo que não está. Mas, como eu evito perceber o episódio enquanto ele está acontecendo, eu só consigo percebê-lo pelas marcas que ele deixa. (...) Porque eu ignorar o evento não impede que ele tenha acontecido. Que ele possa ser percebido através dos seus rastros. E os rastros do racismo, episódico ou não, são rastros do meu complexo de inferioridade, por dizer assim. Então, toda vez que eu me deparo com essa certeza de que eu sou incompetente ou que eu tenho menos valor, eu me deparo com um preconceito de raça. Que, ao mesmo tempo, é um preconceito de gênero. Só que ele está dentro do meu psiquismo. Inscrito. (...) Então, eu percebo, ao dar análise, onde no meu autoconceito, o racismo e o sexismo determinam quem eu sou. De forma negativa e até em contraste com a realidade, porque aí eu digo: eu sou a pior psicóloga desse planeta. Já é quase impossível, porque a concorrência tá grande. Mas essa hipérbole, a pior psicóloga, ou uma pessoa extremamente incompetente ou uma pessoa que tem o único desino, a pobreza, a miséria, o abandono, a violência, são crenças que contrastam enormemente com a minha vivência”.

O trecho de Conceição, chama a atenção, dentre vários aspectos, à experiência e compreensão do racismo para além de momentos ou episódios específicos. Nesse sentido, apesar de ter sido exemplificado em um episódio cotidiano, a participante revela sua percepção da discriminação de raça enquanto aspecto introjetado e marcado por um determinismo, cuja consequência final se apresenta em uma autopercepção atravessada por uma avaliação negativa daquilo que se é. E assim, Cida relata o que Kilomba (2010) expõe quanto a maneira pela qual a localização dessa mulher negra personifica a posição de Outra da branquitude e, portanto, representa de maneira compulsória aquilo que o sujeito branco rejeita em se reconhecer. De tal maneira, a impossibilidade de ocupar o local de Eu, negligencia ao sujeito negro possibilidade de existir enquanto igual (Kilomba, 2010).

Assim, a fala de Cida permite compreender novamente a concepção da interseccionalidade ao relatar o diálogo do preconceito de raça e gênero, os quais reverberam em consequência, em sua percepção negativa da própria imagem organizada em noções de inferioridade e falta. Tal experiência remete novamente à Gonzalez (2020) que aponta para o pensamento voltado à mulheres negras frente à ausência de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas, em virtude de uma tríplice discriminação sob a qual os estereótipos consequentes do racismo e sexismo localizam essas mulheres no mais alto nível de opressão. Nesse sentido, é preciso chamar a atenção para a maneira pela qual mulheres negras possuem uma experiência histórica distinta e que não tem sido reconhecida pelo discurso clássico sobre a opressão da mulher. Nota-se que este, não têm abarcado a maneira pela qual a opressão sofrida teve e permanece tendo efeitos na identidade de mulheres negras de forma qualitativamente diferente (Carneiro, 2019).

Para além, a contribuição de Cida chama a atenção para o movimento descrito pela não percepção imediata do racismo no momento em que o mesmo se revela, mas sim notado através de suas marcas deixadas e que se apresentam de maneira sintomática. Slavutzky e Nogueira (2021) afirmam que o ato do racismo expresso na violência produz o espaço de terror pelo qual o indivíduo negro é ameaçado, ainda que conscientemente compreenda a não concretização da ameaça racista - ou como o caso de Cida, a manifestação dela em si. De todo modo, o racismo é perpassado pelo sentimento de pavor o qual não desaparece. Portanto,

percebe-se a maneira pela qual significações e representações em torno do corpo negro perpetuam-se em consequências no campo da psique ao escapar de controles conscientes, acompanhando processos de constituição identitária, individual e coletiva (Munanga; Nogueira, 2021).

Percebe-se assim, que expressões como “*eu sou a pior psicóloga desse planeta*” ou “*uma pessoa extremamente incompetente*” retratam como apresentado por Munanga e Nogueira (2023) a dificuldade da participante em aceitar sua possibilidade enquanto profissional da psicologia, uma vez que diante das representações e imaginários voltados a representação do corpo deste profissional, Cida se encontraria no local errado. Assim, ao compreender-se enquanto “*uma pessoa que tem o único destino, a pobreza, a miséria, o abandono, a violência*” a participante demonstra a maneira pela qual ao corpo negro destina-se a representação de subalternização ou desumanização, diferentemente do que socialmente se estabelece no imaginário com relação ao corpo branco. E nesse sentido, o discurso voltado ao sujeito negro naturalizou-se de modo que este próprio indivíduo passa a compreender-se através da lente e linguagem do próprio dominador (Souza, 2021).

De maneira distinta à Conceição, nota-se que Carolina aborda em sua fala, quando questionada sobre seu entendimento quanto à raça no Brasil, a compreensão em relação a singularidade de violências vivenciadas por pessoas negras, porém as encara de maneira episódica e necessariamente marcada por uma violência expressa de maneira evidente:

Carolina: “Bom, eu sei que é difícil ser preto no Brasil. Isso é algo que ainda vai demorar muitos anos pra se conseguir, né? Pra chegar a esse ponto do preconceito e do racismo, de ser algo que a gente não escuta mais e vê mais. Então, eu acho que existe um privilégio branco, eu acredito nisso. Eu de fato, nunca fui discriminada, nunca sofri um ato racista, né? De a pessoa xingar, de falar coisas horríveis e tal. Mas assim, já vivi essa questão de estar no mercado e a pessoa tá olhando, tá seguindo, isso eu já vivi”.

Através da fala da entrevistada, ainda que compreenda sua percepção de atos racistas enquanto episódicos ou expressos em atos de violência abertos e inconfundíveis, nota-se que a mesma traz em sua fala a assimilação das relações de poder marcantes em sociedade, ao apontar as dificuldades de ser uma pessoa preta no país em conjunto com a predominância de um privilégio branco. Nesse sentido, Carolina cita ter vivenciado episódios de racismo em lojas e supermercados, evidenciando assim, que ainda que não tenha compreendido ter sido

vítima de um ato racista, expressa a ocorrência do mesmo em situações cotidianas de sua vida. Para além, nota-se através do relato de Carolina as expressões do racismo nos campos estrutural e institucional uma vez que percebe-se a inserção de indivíduos não brancos em desvantagens visíveis, bem como estebelece a leitura do corpo negro através de uma ótica de Outridade (Kilomba, 2010).

Ainda em termos de identificação quanto ao racismo em suas trajetórias pessoais, Neusa e Lélia apresentam em comum a vivência voltada ao preconceito de raça em seus núcleos familiares, os quais caracterizam-se por uma configuração inter-racial:

Neusa: “Como eu venho de uma família inter-racial, eu tenho muitos parentes que são brancos, muitas parentes que são negros também, mas que não têm tanto letramento racial, né? Como a gente consegue ter acesso hoje em dia (...) Então, dentro da família, já sofri muito racismo. Há três anos atrás, eu decidi passar pela transição capilar, desde os meus sete anos eu aliso o meu cabelo. Então, dentro da família, assim mesmo: o seu cabelo é feio, não sei por que você está fazendo essa transição, está querendo voltar a ser preta, então é diminuir a boca, diminuir esse nariz, fazer uma rinoplastia. Parentes que eu não tenho mais contato, graças a Deus, mas assim, esses comentários dentro da família foram muito comuns ao longo da minha vida.”

Lélia: “A minha família, ela é inter-racial, né? A família da minha mãe é uma família negra e a do meu genitor, uma família branca. E aí, dessa união dos dois, acabou surgindo eu, né? E o meu genitor, ele praticava bullying comigo. Dentro de casa mesmo. Bullying racista, né? Porque ele me falava coisas, assim, absurdas sobre a cor da minha pele, sobre o tamanho da minha boca. E isso acabou me gerando, assim, alguns traumas. Tanto que, assim, até hoje eu me trato, né? Por conta de traumas relacionados a coisas da infância”.

As participantes de maneira comum, apontam para o direcionamento de atos violentos voltados à aspectos fenotípicos, revelando a manifestação de comentários quanto à aparência física demonstrando a naturalização de tal prática dentro do contexto familiar. Nesse sentido, a experiência das participantes denuncia o que Nogueira (2006) apresenta enquanto a expressão do racismo no Brasil organizado através do preconceito de marca, ou seja, direcionado à aparência e traços físicos do sujeito, gestos ou sotaques. De modo distinto ao que ocorre na realidade estadunidense, sob a qual a suposição diante da descendência de determinado grupo étnico já é posta como suficiente para que o indivíduo experimente as consequências do racismo, posto enquanto preconceito de origem (Nogueira, 2006 apud Schucman, 2023).

Nesse sentido, dentro da realidade brasileira o preconceito de marca se estabelece na inscrição de significados racializantes nos corpos, os quais constituem-se pela ideologia racista e assim, esse corpo ideologicamente é percebido através de uma escala de valores raciais distribuídos desigualmente entre os sujeitos (Schucman, 2023). E assim como Nogueira (2006 apud Schucman, 2023) enuncia, o preconceito racial se manifesta como atitude desfavorável que se condiciona em termos culturais e é direcionada aos indivíduos de uma população, sob a qual as percepções estabelecidas dos membros entre si partem de uma configuração estigmatizada.

Localizadas igualmente em configurações familiares inter-raciais, as participantes compartilham da experiência anunciada por Schucman (2023) enquanto a negação violenta do membro negro da família que se evidencia no apontamento de Neusa: “*está querendo voltar a ser preta*”. De tal maneira, assim como Lélia comenta em relação ao desenvolvimento de traumas desenvolvidos a partir da fase de sua infância, nota-se que a ação do racismo em termos de negação do membro familiar se manifesta em consequências dentro do psiquismo de um indivíduo, o qual desenvolve-se em um contexto ambíguo de receber o amor de um familiar que ao mesmo tempo o violenta (Schucman, 2023). Sob tal lógica, Almeida e Schucman (2023) evidenciam a maneira pela qual o amor familiar igualmente se apresenta enquanto uma relação de poder que possui enquanto elemento organizador a raça.

6.2 Psicoterapia em Foco: Identidades de Gênero e Raça e o Manejo Clínico do Profissional da Psicologia.

Considerando o atravessamento subjetivo trazido por cada uma das participantes no que se refere às consequências experienciadas em função do racismo e sexismo, a preocupação quanto o surgimento de tais temáticas na clínica, tanto por iniciativa da cliente como por parte do profissional da psicologia, surge enquanto reflexão justamente por compreender a maneira pela qual a vivência de mulheres negras têm sido atravessadas pela interseccionalidade de raça e gênero. Nesse sentido, Cida relata uma de suas experiências no que se refere a um dos momentos em que levou a temática racial para a clínica no cenário em

que o atendimento ocorria em uma relação inter-racial, ou seja, era atendida por uma psicóloga branca:

Cida: “E aí uma vez, fui falar sobre questões raciais. É uma coisa que eu sempre falo, não tem como falar de mim sem falar de raça. Então eu vou falar sobre alguma coisa que aconteceu e alguma insegurança vai estar atrelada à questão de raça. E aí eu fui comentar alguma coisa com ela (psicóloga) sobre minhas inseguranças, sobre os meus anseios em relação a muitas coisas. Que eu até falo assim, eu fico me comparando muito com outras pessoas brancas no meu contexto, tipo acadêmico: aí talvez ela é bem vista. Agora eu vou me formar, não sei como que eu vou ser vista, talvez uma profissional branca vai ser mais aceita em alguns espaços do que eu. Enfim, aquelas questões. E aí eu fui falar pra ela (psicóloga) sobre achar que o racismo está no cotidiano, que eu sempre, qualquer coisa que eu vou fazer, eu já penso que possa acontecer alguma situação racista. Ela (psicóloga) falou da seguinte forma: não, mas talvez você não está vendo racismo em tudo?”.

Conforme apresentado por Cida, o levantamento da temática racial na clínica ocorre de maneira evidente uma vez que compreende a indissociabilidade de sua experiência subjetiva e psíquica daquela que advém de um recorte social. Nota-se assim, que o surgimento de questões raciais surgem por parte da entrevistada e que conforme sua percepção, não houve um movimento de validação por parte da profissional da psicologia. Observa-se que do contrário, a psicóloga em questão age em uma dinâmica de responsabilização da cliente através da sugestão de que a mesma poderia estar vendo racismo em tudo, de modo a desqualificar o discurso de Cida, revitimizando-a e não explorando ou considerando os modos pelo qual a experiência do racismo a impacta subjetivamente.

Assim como proposto por Wrenn (1962 apud Gouveia, 2018) o termo psicoterapeuta encapsulado é utilizado para caracterizar o profissional, bem como sua competência em atendimentos diante da diversidade, o qual volta-se à incompreensão, silenciamento ou desconsideração frente ao contexto cultural nos quais seus clientes estão inseridos e a maneira pela qual tais contextos perpassam suas visões e experiências no mundo. De tal maneira, o encapsulamento cultural possui como efeito ações por parte do psicoterapeuta guiadas através da aplicabilidade de suas próprias experiências diante das vivências relatadas pelo sujeito, ainda que ambos encontrem-se em diferentes contextos culturais (Gouveia, 2018).

Assim como apontado por Roger Baptiste e Florestan Fernandes (apud Schucman, 2023), no Brasil os indivíduos têm preconceito em ter preconceito. De tal maneira, o relato de Cida quanto ao questionamento de sua psicóloga diante das experiências de racismo narradas

demonstra não somente essa postura encapsulada e incapaz de sustentar a alteridade na clínica, mas também a noção de um racismo por omissão, através do qual demonstrado por Gonzalez (2020) enquandra-se em conjunto com o mito da democracia racial e organiza o país, definindo a identidade do sujeito negro, localizando-o em determinada posição dentro da hierarquia social.

Em sequência no que se refere aos apontamentos de aspectos raciais na clínica, por parte das entrevistadas, assim como o manejo por parte do profissional da psicologia, assim como Cida, Neusa relata igualmente ter passado pela experiência de silenciamento e responsabilização por parte da psicóloga que a atendia à época. Igualmente, localizada em uma relação terapêutica inter-racial:

Neusa: “Dentro da minha relação terapêutica com a minha antiga psicóloga, eu levantei muito (a questão racial) porque eu estava nessa fase de passar pela transição capilar. Então era algo que estava assim, pegando muito pra mim. Eu usava trança na época, eu não estava com a autoestima muito legal, porque eu tive um corte químico e aí como eu comecei a me entender como uma mulher negra e fui levando isso pra dentro da terapia. Só que as percepções que eu tinha, que eram com base nas experiências anteriores que eu tive, eram vistas apenas como pensamentos um pouco distorcidos, que era só eu tentar olhar de outra forma, sabe? Não foi elevado de uma forma da estrutura que a gente vive. Então eu levei a pauta, mas senti que não teve tanta receptividade, talvez”.

Através da fala de Neusa, nota-se igualmente e conforme sua percepção, uma tentativa de silenciamento por parte da profissional, a qual propõe que as questões da entrevistada estivessem emplacadas em uma noção distorcida de um ponto de vista, sob o qual bastasse mudar de perspectiva em um aspecto individual. Não considerando, assim como Neusa aponta, o panorama estrutural/ social da questão racial, bem como não houve o destino de atenção à questão identitária, sob a qual Neusa revela no momento em que comenta sobre o processo de se entender como uma mulher negra.

Nesse sentido, percebe-se que as psicólogas responsáveis pelos atendimentos de Cida e Neusa, inseridas em um contexto cultural marcado pela ideia de negação da existência do racismo e ocupando uma identidade racial não aviltada por esse tipo de violência, partiram da noção individualizante da problemática da discriminação racial, refletindo novamente o argumento utilizado pela democracia racial que isenta a responsabilização da sociedade branca pelo racismo e direciona tal culpabilização para a população negra (Bento, 2022).

Compreende-se para além, a falta ética na ação das psicólogas, ética essa pautada na noção da atitude sob a qual dentro da clínica seria voltado o pensamento quanto às limitações que são direcionadas à determinadas subjetividades (Veiga, 2021).

De maneira semelhante, a participante Sueli trouxe em sua fala um momento de sensibilidade o qual vivenciava em função de um aprofundamento teórico em relação às questões raciais. A entrevistada pontuou o embate vivenciado frente ao aviltamento provocado pelo racismo ao longo de sua vida:

Sueli: “Então, aí quando eu começo a ler e perceber e ver todas essas coisas, eu quase... não vou dizer que fiquei enlouquecida , mas eu fiquei muito ruim (...) eu fiquei muito, eu comecei a adoecer. Porque eu não me percebi enquanto mulher negra, mesmo sendo negra desde toda a minha vida”.

Percebe-se que Neusa e Sueli apontam de maneira semelhante para o processo de compreensão identitária em relação ao reconhecimento de se entenderem enquanto mulheres negras. De acordo com Schucman (2023), os processos de identificação demonstram resultar-se através da maneira singular pela qual cada sujeito apropria-se de significados culturais e simbólicos ao longo de suas vidas. Assim, a autodeclaração racial vincula-se desde o reconhecimento da cor da pele até a vinculação de afetos e identificações com demais membros da sociedade, fazendo com que a noção da identidade racial seja reconhecida através da combinação de lentes psicossociais e históricas (Schucman, 2023).

A participante em questão relata ter experienciado dificuldades em relação ao processo de realização de seu trabalho de conclusão de curso em virtude da temática racial a qual abarcava e os conflitos narrados anteriormente. Em tal cenário, Sueli relata ter levado tal questão para a psicoterapia, porém, igualmente observa-se que a profissional em questão (mulher cis branca) entrevistou frente ao relato de Sueli através de uma fala que reforça categorizações e estereótipos voltados para a mulher negra na sociedade:

Sueli: “E eu estava muito angustiada das coisas que eu comecei a ler (...) Então, eu comecei a entrar num processo de baixa autoestima muito grande e comecei a fazer o projeto de monografia onde (...) eu precisei ler mais e me aprofundar mais no tema da questão racial e quando eu comecei, eu não conseguia caminhar com o projeto (...) Até que eu tive uma sessão com ela (psicóloga) e ela falou assim.: Ai, mas você tem que ver que você já conquistou tanta coisa na sua vida (...) e que você é muito forte, não sei o que. E quando ela falou isso, eu murchei e pra mim, ali quebrou”.

A perspectiva de Sueli nos permite compreender a maneira pela qual o estabelecimento de estereótipos voltados à mulheres negras manifesta-se nos diferentes espaços. Assim sendo, nota-se que o colonialismo engendrado na sociedade brasileira apresenta-se como mecanismo de produção de subjetividade uma vez que entre outros aspectos, estabelece padrões de funcionamento discursivos e imagéticos (Veiga, 2021). Nesse caso, observa-se que a profissional da psicologia em questão, recorre justamente a tais modos de representação da mulher negra, partindo do campo discursivo o qual conforme Ribeiro (2018) desumaniza mulheres negras à medida que as localizam enquanto inerentemente fortes.

Tal noção parte do enfrentamento compulsório de uma realidade violenta em função das omissões do Estado e que estabelece às mulheres negras o caminho de internalização do lugar de guerreira, sendo novamente privadas de suas humanidades (Ribeiro, 2018). Compreende-se que dentre as discussões possíveis dentro do campo *psi*, é pontuada a necessidade da socialização da saúde mental através da consideração dos diversos saberes, os que revelam diferentes concepções de sujeito, mas também a primordialidade de se fazer emergir outros processos de subjetivação (Favero; Kveller, 2022). Diante disso, ao considerar a clínica enquanto modalidade de cuidado, de que maneira podemos pensar os locais em que a vulnerabilidade de mulheres negras têm sido bem vinda? Considera-se, assim como propõe Ribeiro (2018) que o reconhecimento de subjetividades deva ultrapassar os locais que categorizam mulheres negras como guerreiras ou subalternizadas, sendo este o caminho essencial para processos de transformação (Ribeiro, 2018).

Considerando as demais entrevistadas, nota-se a ocorrência de divergências no que se refere ao surgimento de questões raciais no contexto clínico, em função de diferentes motivações. A participante Conceição revela que em uma de suas experiências iniciais em psicoterapia com uma profissional mulher cis branca, a temática racial não era abordada por iniciativa própria. Igualmente a participante Carolina relata nunca ter abordado tal conteúdo ao longo das sessões de psicoterapia, a qual realizava com um homem cis branco:

Conceição: “E aí depois os sintomas continuaram, eu continuei com muita angústia me sentindo deslocada, me sentindo enfim, preta demais pra ser psicóloga, psicóloga demais pra ser preta. Mas não aparecia a questão racial necessariamente dentro do consultório (...) E aí eu devo ter feito mais uns dois tratamentos de 2/3

anos (...) e aí eu deixei os tratamentos. Falei: meu problema é social, não é psicológico. É sempre essa dualidade, né?

Carolina: “Porque nunca aconteceu nada em relação a isso, eu acho que sou bem resolvida em relação a isso, né? E nunca aconteceu nada, assim que me fizesse questionar alguma coisa, nunca vivi. Dessa questão do shopping (ser seguida em uma loja pelo segurança) eu já estava fazendo a terapia (...) mas não foi algo que me incomodou. Assim, não é que não me incomodou, me incomodou naquele momento, mas eu achei que o que eu fiz foi suficiente, sabe? Então não levei pra terapia, porque eu acho que não era algo assim, que tirasse minha paz, digamos assim”.

Percebe-se que conforme relatado por Conceição, a concepção da problemática do racismo ainda encontrava-se na ambiguidade do limite daquilo que se enquadra em uma questão possivelmente subjetiva/psíquica ou da ordem social e nesse sentido, a questão racial não era evidenciada no contexto da psicoterapia. Já a participante Carolina, a qual previamente relatou sua percepção quanto ao racismo manifestado em termos episódicos, informa que apesar de reconhecer momentos em que tenha vivenciado situações racistas, compreende que o mesmo não alcançava aspectos subjetivos ou capazes de mobilizar sofrimentos em termos psíquicos. Assim, nota-se pela contribuição das participantes, a reflexão quanto às possíveis limitações de um recorte que divide os campos social e psicológico e o modo como fenômenos discriminatórios voltados à raça reverberam em termos subjetivos.

A dualidade entre conflitos de ordem social ou psicológica, conforme relatado por Conceição, é enunciada por Nogueira (2021) no que se refere às consequências decorrentes do racismo não somente em termos sociológicos, mas também no âmbito psíquico do sujeito marcado pelo local de alteridade. Da mesma forma, Mandelbaum e Schucman (2023) apontam o processo relacional do sofrimento como resultado de experiências inseparáveis dos planos social e psicológico. Sendo assim, a experiência do racismo requer de uma investigação que parta de seus motivadores postos a partir da lente histórica das ciências sociais, bem como através dos impactos vivenciados pelos sujeitos de maneira psíquica, seja individualmente, seja inseridos em demais grupos sociais (Mandelbaum; Schucman, 2023).

À exemplo das repercussões do racismo no campo subjetivo, a participante Lélia relata em uma de suas falas que compreende enquanto consequência do racismo em uma das áreas de sua vida, o impacto gerado em sua autoestima:

Lélia: “Eu não me enxergava como uma pessoa que merecia ser cuidada, que merecia ser amada. E essa questão de autoestima, de perceber o valor, eu demorei muito tempo”.

Igualmente, Lélia informa nunca ter mobilizado diretamente a temática racial dentro de sua experiência em psicoterapia - atendida por uma profissional mulher cis branca- e de imediato, associa tal falta ao impacto do preconceito de raça em tal aspecto da autoestima:

Lélia: Eu reparei que eu nunca trouxe assim pra essa psicóloga que eu tô acompanhando questões raciais (...) Lembra quando eu tava falando sobre autoestima? E aí falei que eu percebi recentemente que precisava ser cuidada. A questão da saúde mental é uma maneira de se cuidar, né? Uma forma de se cuidar. Então eu acho que nunca tinha trazido essas questões, porque eu não tinha percebido ainda que isso era algo que deveria ser falado, que deveria ser analisado e depois tratado. Então, eu não tive esse insight, assim, de perceber que eu precisava ser cuidada sobre isso também”.

A atuação perversa na subjetividade do indivíduo vitimizado pelo aviltamento do racismo se manifesta de maneira que a autodepreciação passa a ser internalizada e estabelecida enquanto mecanismo de opressão direcionada aos grupos- e nesse caso à mulheres negras- cuja imagem é atacada. Nesse sentido, as vítimas da discriminação de raça tornam-se subjugadas pela interiorização de incapacidade ou despreço por si mesmas (Schucman, 2023). Conforme a perspectiva de Lélia, percebe-se, portanto, a compreensão inicial da destituição do cuidado e do valor justamente enquanto consequências direcionadas pela desvalorização do sujeito em função da discriminação racial. O sofrimento causado em função dessa discriminação não surgia como possibilidade de elaboração no cenário da psicoterapia justamente pela compreensão do local de cuidado que caracteriza tal modalidade de atendimento.

Diante de tal relato, reforça-se, portanto, o caminho do autocuidado enquanto ferramenta de fortalecimento valorosa diante da realidade social do racismo, sob a qual a saúde mental apresenta-se enquanto possibilidade ainda que em um mundo em que o aviltamento da discriminação racial permaneça direcionado à vida dos indivíduos negros. Para tanto, a compreensão do sofrimento psíquico voltado à sua problematização política mostra-se

de extrema necessidade para o processo de instrumentalização de forças direcionada aos caminhos resolutivos de uma mal estar coletivo (Veiga, 2021)

A partir do relato das entrevistadas e suas experiências em psicoterapia - todas em questão com profissionais, mulheres cis e brancas-, considera-se para além da intervenção realizada por suas psicólogas, o modo pelo qual essas clientes sentiram-se/ interpretaram o manejo profissional realizado diante dos relatos emergentes no contexto clínico. Observa-se que assim como Sueli, Neusa compartilha do sentimento voltado à percepção de silenciamento de suas questões, assim como a sensação de desestímulo no que se refere ao compartilhamento de vivências atravessadas pelo aspecto racial na clínica:

Neusa: “Então, no primeiro momento eu parei de levar, né? Quando fui percebendo, eu acho que eu tentei umas três vezes, sabe? Entrar nesse assunto. E aí eu fui percebendo que não ia, sabe? Não engajava. E aí conseqüentemente foi me desestimulando de levar esse assunto. Não vou levar pra isso, pra não ser ouvida. E aí deixei de falar. E eu acho que o fato de não ser ouvida ali, foi meio que diminuindo a relação terapêutica, foi desgastando um pouco mais. Então, eu fiquei desmotivada pra ir pra terapia”.

Sueli: “Eu só senti um silenciamento, uma tentativa de silenciamento. Nessa sessão que eu falei, eu estava falando alguma coisa e ela falou: mas você tem que pensar que você é forte. Então, isso para mim, foi uma tentativa de silenciar, porque não estava falando da questão de eu ter superado tudo na minha vida, era muito mais profundo. Então, foi quando eu percebi, e assim, eu poderia passar anos e anos com ela e adorando a terapia, que eu estava gostando (...) mas como eu estou estudando, apurando isso, está ficando mais claro (...) Ela não vai adentrar esse tema, ela não vai me trazer nada, e eu fiquei rodando com ela um tempão, alguns meses, sem sair do lugar, sem saber o que estava me incomodando, o que era, sem conseguir abrir”.

A possibilidade narrativa e de silenciamento direcionada à população negra é explorada por Kilomba (2010) de modo que dentro da operacionalidade do racismo, a negação é utilizada como estratégia de manutenção de estruturas de violação e exclusão racial. Assim, a autora parte da metáfora da máscara de silenciamento- referenciando-se ao uso violento representado pelo colonialismo e pelo instrumento utilizado no período da escravização- sob o qual sobretudo, simboliza práticas de dominação que permitem ou impedem o poder narrativo daqueles localizados enquanto Outra/os (Kilomba, 2010). Concebe-se que assim como Neusa, Sueli igualmente narra a experiência de silenciamento que ocorre não somente no processo de deixar de vocalizar os sofrimentos em questão, mas

ainda que os verbalizando, o sentimento de não ser ouvida ou ter tais questões exploradas, representavam para as entrevistadas a vivência do silenciamento dentro do contexto clínico,

Assim, o desestímulo de permanecer no processo psicoterapêutico, a interrupção narrativa acerca de questões raciais, assim como a sensação de suspensão do movimento dentro da experiência em psicoterapia são representantes das consequências da ação de tal silenciamento que se manifesta seja através de uma postura de não nomeação, negação ou delegação de demais possibilidades originárias para o sofrimento narrado por parte das entrevistadas. Diante de tal cenário, é possível apontar para a necessidade da adoção de uma clínica antirracista, sob a qual Moreira e Cunha (2023) indicam a urgência da construção do espaço em que a escuta da população negra torna-se evidente e tal população ocupe o local de sujeito verdadeiramente capaz de guiar sua narrativa (Moreira; Cunha, 2023).

Em tal perspectiva, concebe-se que através da fala das participantes a noção do silenciamento mostra-se de maneira evidente não somente pela prática em si de suas psicólogas que envolve uma fuga à temática em questão, através da nomeação desta como originária de outras questões como: a cliente se compreender enquanto uma mulher forte ou buscar alterar sua visão de mundo. Percebe-se igualmente a incapacidade das profissionais de por si só, adentrarem na questão racial enquanto forma de intervenção, ainda que a própria cliente não tenha nomeado diretamente ou levantado tal aspecto no cenário clínico. Como exemplo, Conceição relata uma de suas experiências, igualmente realizadas em um contexto de atendimento inter-racial (profissional branca mulher cis):

Conceição: “Antes tava separado, como eu disse, eu achava que eram duas coisas diferentes. E é curioso porque até no meu próprio tratamento isso era separado da minha cabeça. A política ficava de um lado e a terapia ficava do outro (...) Como é que isso não aparecia? Gente, aparece uma mulher preta e ninguém fala que ela é preta, né? E era o meu mecanismo preferido mental, eu acho. Não sei se era só o meu, mas sem dúvida eu posso falar do meu. De separar uma coisa da outra e não deixar juntar, ignorar quando alguma coisa aparece. Por exemplo, ignorar a minha inveja da brancura das minhas analistas, a minha inveja do cabelo liso delas, daquela roupa que eu via como roupa de branca, consultório de branco, e que eu jamais poderia sentir que aquilo me pertencia de alguma forma. Então, eu não podia sujar o consultório delas. Só que eu acabava sujando (...) E aí eu fico me perguntando se a analista, a psicóloga branca, vendo a minha negrura, não fez a mesma coisa que eu faço com os seguranças que me perseguiram no supermercado, né? Ignorou. Fingiu que não tava ali.

Partindo da perspectiva narrada por Conceição, nota-se em evidência a noção quanto ao local de suposta neutralidade por parte da profissional que a atendia, bem como sua postura em relação ao alcance da temática racial e sua não nomeação. Assim como Gouveia (2018) indica, a tarefa do profissional da psicologia deve voltar-se à exploração das possibilidades originárias do seu sofrimento, explorando em conjunto com o cliente seus aspectos sociais. Nesse sentido, a partir do relato de Cida, percebe-se novamente o que Souza (2021) retrata quanto à internalização de atributos negativos que se encaminha ao desenvolvimento de culpa, não partindo da noção declarada da influência do meio externo enquanto produtor de tal sofrimento.

Considerando ainda o tradicionalismo responsável pela naturalização do local de inferioridade do sujeito negro em termos dos planos econômico, político e social, a ausência de uma concepção positiva voltada a si igualmente é estruturada e aos indivíduos destina-se o modelo branco de identidade ao estruturar os caminhos possíveis para ascensão social (Souza, 2021). De tal maneira, Conceição expressa tal ideal, através dos sentimentos de não pertencimento à tal estrutura de organização institucional que concebe-se moldada à configuração do padrão racial dominante e sob o qual são atribuídos simbolismos valorativos de sucesso ou ascensão.

A partir disso, percebe-se a perda da exploração temática da internalização do racismo e suas demais consequências em função do local de suposta neutralidade por parte da psicoterapeuta relatada por Conceição. Nota-se tal aspecto visto que conforme Gouveia (2018), uma vez que os processos de sofrimento decorrentes do racismo não são identificados como advindos de tal violência por parte do cliente, a pontuação de tal aspecto por parte do profissional da psicologia apresentaria-se de extrema importância para o caminho do conhecimento das origens e apresentação do sofrimento não físico dessa cliente.

Dentre os relatos explorados, observa-se que através das narrativas quanto experiências em psicoterapia com profissionais brancas, dentre as participantes entrevistadas houve um movimento de busca de atendimento por parte de profissionais negras, compreendendo-se assim, não somente um movimento de identificação ou representatividade imagética, mas também de expectativas voltadas ao próprio letramento dessas profissionais no

que diz respeito à questões raciais, bem como sua própria vivência perpassada por um percurso particular, mas que igualmente é transpassado pelas relações raciais demarcadas socialmente. Compreende-se tal movimento a partir do que é trazido pelas participantes:

Cida: “(...) eu já tive experiência com outros profissionais negros e é uma preferência minha assim, até pelo medo de experiências, de alguma situação assim, prefiro procurar profissionais negros (...) aí o que eu falo agora da psicóloga que é negra, tipo atravessa muito da vivência dela, então eu acho que ela me compreende muito melhor. Mesmo separando o que é vivência e o que realmente é tratar a pessoa com questões que envolvem as questões raciais (...)”.

Neusa: “Então, dentro da terapia, eu também vivi alguns silenciamentos que eu só fui perceber depois. E aí depois que eu me formei, eu busquei uma psicóloga preta. E aí que eu entendi toda a diferença de ter esse cuidado, desse olhar pras nossas experiências sociais mesmo, como mulheres negras. Porque é isso, a gente sofre o atravessamento de gênero por ser mulher e o atravessamento de raça por ser mulher negra. Então, as experiências sociais são diferentes e precisam ter esse olhar diferente, né? Então, dentro da terapia, isso precisa acontecer também, esse olhar, essa análise crítica”.

Nota-se que as participantes em questão apontam para a preferência de atendimento por profissionais negras justamente pela compreensão de que as mesmas direcionam-se à capacidade crítica dentro da clínica em psicoterapia. Não somente em uma ideia de raça, mas também pela identificação em termos de gênero, os quais caminham em conjunto em termos de uma interseccionalidade. Para além, percebe-se que o processo de buscar o atendimento contextualizado em uma paridade racial parte desde o receio em experienciar uma relação negativa com o profissional- conforme apontado por Cida- assim como pela concretização da experiência em si, como o caso dos silenciamentos relatados por Neusa. A busca pela profissional, nesse sentido, remete àquilo que Veiga (2021) propõe quanto a capacidade de acolhimento da dimensão subjetiva de um sujeito negro que só pode ser realizada por outro sujeito negro.

Demais participantes, por outro lado, trazem que a capacidade de uma ação crítica, respeitosa e acolhedora dentro da clínica advém de profissionais de demais pertencimentos identitários, assim como apontado por Conceição, a qual indica que apesar de haver uma assimetria de gênero ou raça com seu psicólogo, o mesmo mostrou-se como alternativa possível uma vez que fazia parte de um grupo identitário historicizado em um local de segregação:

Conceição: “E eu sabia que precisava ser uma pessoa racializada. As pessoas negras que eu procurava estavam sempre com a agenda lotada, muito difícil, um

contato muito complicado, e eu não encontrei. E eu falei, então eu vou pra segunda raça que eu posso procurar. Tem que ser uma pessoa racializada. E aí eu encontrei, eu lembrei de uma amiga minha que tava fazendo análise e eu conheci um analista judeu. E aí eu falei, pronto, acho que eu posso aceitar isso e conseguir falar de questões raciais, não necessariamente com uma pessoa da mesma raça que eu, mas que de antemão já saiba que racismo existe”.

Percebe-se que Conceição caminhou em direção à busca de um profissional da psicologia racializado. Moreira e Cunha (2023) apontam o processo de racialização enquanto a transformação do indivíduo na ocupação da posição de Outro, em uma posição dentro de uma hierarquia social, sob a qual seu valor é destituído. Assim, a experiência do racismo fundamentada em amparos políticos, econômicos e sociais desdobra-se igualmente no campo da subjetividade (Moreira; Cunha, 2023). Partindo de tal perspectiva, em diálogo com a narrativa de Conceição, nota-se que a participante parte da ideia da necessidade de um psicólogo racializado a partir da compreensão de que o mesmo- de maneira semelhante - possui sua subjetividade demarcada pela Outridade. Nesse sentido, a possibilidade de um psicólogo judeu apresenta-se como um caminho de identificação provável à medida que o mesmo pertence a um grupo historicamente localizado através da lente do Outro.

Nota-se que por outro lado, as participantes Sueli, Lélia e Carolina apontam que para além de uma paridade identitária enquanto premissa necessária, o próprio letramento racial mostra-se enquanto elemento essencial para a condução de um manejo que volta-se à validação, percepção e acolhimento de vivências específicas de pessoas negras, ideia esta que pode ser notada nas falas:

Sueli: “Para mim não precisa ser um psicólogo preto. Eu acho que se a minha psicóloga tivesse me (...) Se eu tivesse percebido nela uma vontade de aprender ou de ter estudado (...) se eu tivesse percebido isso, eu acho que eu estava com ela até hoje. Porque eu senti um carinho, uma segurança muito grande de estar com ela ali. Mas... Eu não percebi e com essa nova psicóloga (profissional negra) ela tem um letramento muito grande”.

Lélia: “Por mais que ela seja branca, ela me deixa à vontade pra falar sobre isso, porque eu sei que ela não vai falar: ah, isso é mimimi, isso é coisa da sua cabeça. Então, eu me sinto muito tranquila pra falar sobre isso (questões raciais) com ela”.

Carolina: “Então, acredito que se eu falasse alguma coisa assim (questões raciais), mesmo que ele não tivesse algo assim, com muita sustentação para me falar, que ele também iria atrás, né?”

O enfoque das relações raciais dentro da Psicologia, desde o processo de formação, beneficia os profissionais em diferentes áreas de atuação. Isso ocorre conforme Santos e Schucman (2015) relatam uma vez que o processo de graduação encaixa-se como momento privilegiado para o desenvolvimento de saberes voltados a problemáticas de diferentes naturezas. Assim, o processo de letramento racial voltado à concepção sobre raça e racismo, à interpretação da racialização dentro da sociedade e o reconhecimento da branquitude apresentam-se enquanto caminhos para a expansão de práticas para a psicologia (Santos; Schucman, 2015). Tal perspectiva vai de encontro à noção das entrevistadas quanto ao letramento enquanto base para um processo psicoterapêutico de qualidade, ainda que dentro de um contexto clínico inter-racial.

Considerando os aspectos trazidos pelas participantes, concebe-se a percepção da identidade racial do profissional da psicologia sob diferentes aspectos: enquanto fundamental sob o ponto de vista de uma paridade necessária em relação à cliente, à medida que isto possibilita o processo inicial de identificação. Isso se dá em função da premissa que estabelece a correspondência de vivências consequentes dos atravessamentos raciais que necessariamente se estabelecem em uma sociedade como o Brasil, de modo que tais experiências ainda que subjetivamente estabelecidas, revelam uma estrutura referente ao coletivo social.

E por outro lado, uma identidade- do psicoterapeuta -que apesar de não corresponder simetricamente à da cliente, ainda assim mostra-se compreensiva diante do sujeito à sua frente, não necessariamente pelo compartilhamento de experiências em comum, mas assim como Veiga (2021) propõe, pela ação de uma prática que se orienta pelo campo do saber transdisciplinar, que abarca os limites e fronteiras entre os campos da filosofia, política e clínica e assim, supera um saber aparentemente universal. Para tanto, é necessário pensar nos caminhos e práticas possíveis para a ação da psicologia objetivamente comprometida com tal feito.

Para além, ainda sob a perspectiva da interseccionalidade, as participantes relataram momentos em que a temática voltada à identidade de gênero surgiam no contexto clínico, seja pela escolha do profissional que as atenderam, seja pela identificação de momentos de

sexismo em suas trajetórias e a manifestação de tais situações em sessões de psicoterapia. Através da contribuição das entrevistadas, foi possível compreender a maneira pela qual todas concordaram com a influência da identidade de gênero do profissional da psicologia no processo terapêutico. As participantes Cida, Neusa e Sueli relataram ter tido experiências somente com psicólogas mulheres cis e apontam:

Cida: “Eu acho que sim também, porque eu sempre procuro mulher, então, de alguma forma, eu acho que é confortável pra mim. Eu nunca tive experiência com psicólogos, né? Então, eu não sei, assim. Porque a ideia de gênero é um pouquinho mais complicada, mas eu acho que influencia, assim. Eu acho que tudo parte da pessoa estar aberta a compreender: Tipo, cara, se um homem vai escutar queixas de uma mulher, dela ser violentada ou dela se sentir menos valorizada do que um homem, tipo, eu acho que realmente essa pessoa compreendeu a dor da outra, assim, entendeu? Entendeu a dor de uma mulher. Mas eu não sei até que ponto essa compreensão vai contribuir pro processo dessa mulher. Eu nunca tinha parado pra pensar nisso, sobre o gênero, sobre a raça influenciar no processo terapêutico. Isso me trouxe reflexões, assim. Que eu tô falando muito de uma forma alheia, sem nunca ter pensado, mas eu acho que deve dar uma afetada, sim”.

Neusa: “(...) minha mãe queria muito que eu fosse pra terapia. Então, eu só pedia indicações, assim, pra amigas, pra familiares, e eu só fazia questão de que fosse uma mulher, né? Porque eu fazia, acreditava que ali dentro do setting, teria essa identificação, né? E aí, eu acho que esse se sentir mais à vontade, pra algumas questões mais internas, mais segura também, como uma mulher”.

Sueli: “(...) só a segurança de você estar na presença de outros semelhantes, já vai fazer uma diferença no desenvolvimento do atendimento (...) Ah, eu me sinto mais segura com uma mulher, ah eu não gostaria de jeito nenhum de fazer terapia com um homem. Eu já tive vontade de fazer terapia com um homem, só para ver como é, se é diferente. Então, em outros momentos, eu acho que eu vou procurar um psicólogo, um homem, para ver como é que é tudo”.

Considera-se de tal maneira, a convergência das participantes no que se refere à compreensão acerca do processo de identificação enquanto favorável para o processo em psicoterapia. Isso decorre pelo entendimento das entrevistadas de que em alguma medida, o atendimento partido do mulheres favorece na possível identificação de demandas que possuam sustentações relacionadas à questão de gênero, uma vez que as profissionais igualmente poderiam ter vivenciado situações semelhantes ou ter o entendimento do modo de funcionamento desses padrões dentro da sociedade. Por outra perspectiva, as participantes Conceição, Lélia e Carolina experienciaram o atendimento em psicoterapia com profissionais homens cis e apresentaram demais contribuições:

Conceição: “Agora, como a política apareceu no consultório pra mim, com o analista que eu tenho agora, o gênero aparece como uma disputa. Uma disputa pra

ver quem sabe mais ali sobre eu. Sobre eu, não é nem sobre mim, é sobre eu. É aquela outra coisa ali que a gente tá estudando. Eu sei mais sobre eu do que ele. Mas isso não me ajuda em nada. Porque esse meu saber é sempre incompleto, esse meu saber é inconsciente, esse meu saber é angustiado. Então, o fato dele ser homem me ajuda a me opor a ele, na questão de gênero, já que pra mim é uma questão política. E eu acho que, eu não sei, com mulheres eu tenho um pouco mais de dificuldade de me opor, porque como eu tenho esse preconceito de gênero, que eu vejo mulheres como seres mais cuidadosos e frágeis, eu tendo a não me opor a elas ou poupá-las da minha raiva, poupá-las do meu ódio, da minha raiva”.

Lélia: “Mas, a gente já teve outras discussões, assim, em que ela (psicóloga mulher) me pontua assim: você não acha que isso não acontece por conta de você ser mulher? Ou então ela falar: ah, realmente, pra gente que é mulher, é mais complicado por isso, isso e isso e então, isso aconteceu por conta dessa coisa do gênero. E eu ficava, caramba, é mesmo? Então, a psicóloga que é mulher, ela entende mais sobre esses pequenos detalhes que podem justificar ali uma porcentagem do problema maior. E aí, quando eu fiz com o psicólogo homem, por mais que ele fosse, assim, super estudado, não vou dizer que ele é um profissional ruim, mas é que não está junto comigo, ele não captava esses pequenos detalhes”.

Carolina: “Então, primeiro (atendimento com psicólogo homem) foi aquela coisa tipo: será que vai dar certo, né? Mas assim, foi muito tranquilo, eu achei que eu fosse ficar mais assim, né (...) meio com vergonha de falar certas coisas, mas aí depois eu vi, que realmente isso é uma relação profissional e que eu não devia nem importar com isso. Mas assim, acho que mulher talvez seja mais fácil que a gente fala assim: ah, mulher enxerga outra mulher, né? Mas foi muito tranquilo, assim, foi melhor do que eu pensei, na verdade”.

Nota-se que dentro da experiência em atendimento com profissionais homens, as participantes demonstram pontos de vista diversos e amplos, sob os quais é possível levantar diferentes reflexões. Inicialmente, percebe-se que Conceição revela a experiência da disparidade de gênero sob uma ótica de disputa e oposição, na qual o desafio se apresenta na capacidade dela ou de seu psicoterapeuta ter mais conhecimento sobre a cliente. Assim, a partir das temáticas que a participante volta seu letramento- questões de raça e gênero- a mesma entende ter esse saber mais aprofundado, porém quando o mesmo se manifesta em suas experiências pessoais, esse conhecimento se apresenta de modo inconsciente, como algo que se remete a um sintoma. No mais, a participante ainda propõe a experiência com o profissional homem como positiva à medida que a mesma possui uma visão voltada à mulheres perpassada por estereótipos de gênero que a impediria de se colocar nessa oposição- como ocorre com o profissional homem- no caso do atendimento com uma psicóloga mulher.

Já tomando por base as narrativas de Lélia e Carolina, percebe-se a convergência na compreensão de terem vivenciado uma relação positiva no contexto terapêutico com

profissionais homens, mas que, ainda assim, o atendimento que parte de mulheres demonstra-se mais valoroso. Isso se dá, justamente, pelos apontamentos anteriormente citados por Cida, Neusa e Sueli no que se refere à possibilidade de compatibilidade de experiências entre mulheres, ao considerar a organização social vivida. Assim, nota-se que Lélia percebe que dentro do contexto clínico, o atendimento partido por um homem foi falho à medida em que a falta se estabeleceu, uma vez que o mesmo não captava o recorte de gênero. Já Carolina, revela o receio inicial nessa relação marcada pela disparidade de gênero e que apesar de ter tido uma experiência positiva com o profissional homem, relata a ideia de que certas experiências são acessadas de maneira mais visível na relação entre mulheres.

Considerando a perspectiva de gênero nos debates do campo *psi*, Zanello (2010) relata duas principais correntes que norteiam dados relacionados à questão da saúde mental de mulheres. O primeiro, refere-se à noção biologizante, sob a qual a definição corporal, o ciclo reprodutivo ou a maternidade em si, seriam influentes no campo da saúde mental, dispensando demais fatores e silenciando o sujeito e sua subjetividade, produtora de sentidos. Outra perspectiva no que se refere ao quadro dos dados seria a partir de sua leitura sócio-cultural, através da qual os indivíduos são escutados e os fatores envolvidos no processo do adoecimento ou propulsor do sofrimento, seriam questionados. Nesse sentido, para além da consequência decorrente de um corpo desregulado, a noção do sofrimento psíquico de mulheres é compreendida enquanto resultado das pressões decorrentes dos papéis sociais e pressões postas sob o sujeito (Zanello, 2010).

De tal maneira, a psicologia clínica, que deve ser compreendida como uma forma de prática política, deve guiar sua atuação levando em conta a escuta de questões sociais, bem como as condições materiais que moldam o sofrimento psíquico, e que devem ser consideradas na elaboração dos modos de intervenção. Assim, em posição contrária à possíveis hierarquias, o psicólogo clínico pode estar com o indivíduo e não estar sobre o mesmo, de modo a qualificar suas falas e partir da escuta do individual para a intervenção social. Qualificando assim, questões pessoais do sujeito, bem como as demais realidades que se consideram igualmente importantes ao campo subjetivo (Zanello, 2010).

Em tal perspectiva, percebe-se que as participantes compreendem de maneira semelhante a interação entre mulheres, dentro do campo clínico, como valorosa uma vez que experienciam aquilo que Zanello (2010) propõe no que se refere a escuta que ultrapassa o sofrimento do sujeito e envolve uma escuta social que provoca novas alternativas e práticas que atuem na mobilização e transformação da vida de mulheres. Dentre as contribuições das entrevistadas, as mesmas apontaram para o surgimento da temática de gênero dentro da clínica em determinados momentos, chamando atenção para certos fenômenos. À exemplo, nota-se a fala de Cida, Sueli e Lélia:

Cida: “É uma coisa que eu até levo muito pra terapia, porque eu falo, poxa, eu percebo que o gênero me coloca em lugares que eu não queria estar, mas me colocaram porque foi a partir de uma perspectiva de performar mesmo essa feminilidade. Tipo, você é a filha mulher, então a filha mulher faz essas coisas, então consegui falar isso na terapia, mas agora, só com essa psicóloga”.

Sueli: “A gente, enquanto psicóloga, tem que entender sim que tem, se a pessoa for falar do trabalho dela, tem as questões relacionadas. Então, se meu chefe é um homem, está relacionado. Então, realmente, a minha questão, dentro da minha casa, tudo que eu trazia para ela (psicóloga), demonstra, sim, uma relação entre homem e mulher. E eu, por ser mulher, me colocar num determinado lugar, né? Seja de submissão, indireta ou direta”.

Lélia: “As questões de gênero, elas justificam muitas coisas que acontecem, assim, na vida. Elas surgem, assim, até com bastante frequência na terapia. Eu levei as questões do abuso (para a terapia), enfim, só que essas foram, assim, mais claras que eram algo sobre gênero (...) Como já foram muitos, eu consigo lembrar, assim, os que eu acho que estavam preparados pra lidar com essas coisas e os que não. Eu fiz uma vez com uma psicóloga que era TCC e na sala dela tinha, assim, vários livros. E aí eu vi os temas dos livros e realmente eram, assim, muito específicos sobre gênero (...) E os psicólogos que não, eu acho que não estavam preparados pra lidar com isso, eram aqueles que na conversa já demonstravam que não iam saber lidar com o que eu tinha pra falar. Igual foi com o psicólogo homem, foi com a psicóloga lá que eu falei (...) eu falei com ela sobre o abuso. E aí, por um minuto, assim, uma fala dela, pareceu que ela tava jogando a culpa do que aconteceu pra mim”.

Compreende-se que a temática voltada especificamente sobre questões de gênero no contexto clínico foi apontada pelas participantes como presentes, porém, em modalidades diferentes. Cida informa compreender o modo pelo qual as expectativas de gênero a insere em posições das quais não se sente pertencente, compreendendo os papéis socialmente organizados e que diante disso, o incômodo a impulsiona a relatar e refletir a respeito do tema com sua psicóloga atual (mulher negra cis). Já Sueli aponta para a necessidade do profissional

da psicologia em estender sua escuta para além da narrativa da cliente, mas o fenômeno que ele representa e as relações de poder que os moldam.

Por fim, Lélia relata que a temática do gênero igualmente se faz presente na interação clínica e compreende o conforto em refletir sobre, conforme percebe a preparação e manejo do profissional no contexto terapêutico. Para além, em sua fala, revela a experiência negativa quanto um momento de culpabilização direcionado por parte da psicóloga que a atendia (mulher branca cis) diante do relato de experiências de abuso sexual sofridas. Demonstrando que apesar de dentro da relação clínica haver uma paridade de identificação no que se refere à identidade de gênero, ainda assim, o processo de revitimização decorreu pela ação da psicóloga.

Frente às considerações das entrevistadas, é possível perceber a vivência do sexismo experienciada de maneira presente em suas vidas. Isso se dá, pois a crença da superioridade o gênero masculino sobre o feminino se mostra estabelecida socialmente e organizada em torno da ideia do direito de predominância (Lorde, 2019). Assim, o descontentamento de papéis sociais, a noção de sentir-se subordinada ou a culpabilização frente a um episódio violento de sexismo, conforme presente na narrativa das entrevistadas, revelam o modo pelo qual as relações de poder em torno de questões de gênero, assim como Hooks (2020) propõe, mantêm a lógica da dominação masculina intactas. E que no caso das participantes, geram consequências no campo subjetivo.

Diante disso, reforça-se no campo da psicologia, a necessidade da escuta clínica comprometida com a qualificação do campo social, desvelando os componentes do sofrimento e que a partir de então, guie caminhos alternativos à consulta clássica. Para tanto, a transformação da escuta e a sensibilização frente fatores estruturais que compõem o sofrimento psíquico revelam-se enquanto caminhos essenciais, de modo a centralizar as relações de gênero em tal debate (Zanello, 2010). Chama-se a atenção, assim, para em conjunto com a necessidade do letramento racial, já previamente citado, a necessidade do letramento voltado às questões de gênero.

Nesse sentido, a ação coletiva pela defesa do indivíduo a partir do reconhecimento do campo da sexualidade e do gênero enquanto constitutivas de suas subjetividades e do bem

estar, demonstra-se enquanto fundamental para a produção de uma psicologia comprometida com a efetivação de uma sociedade livre de desigualdades, exclusões e violências (Silva, 2018). Para tanto, é essencial considerar os debates do feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, e que possuem enquanto eixo de articulação o impacto do racismo sobre as relações de gênero, uma vez que o mesmo é determinada pelas hierarquias de gênero na sociedade brasileira (Carneiro, 2019).

6.3 Por uma Clínica Comprometida com as Relações Raciais e de Gênero: Caminhos para a Psicologia Crítica.

A partir da reflexão quanto às possibilidades de práticas e caminhos da psicologia que localizem a experiência e subjetividade da população negra em centralidade, as participantes entrevistadas apresentaram suas visões no que se refere às vias possíveis para a concretização de tal exercício, assim como é percebido nas falas de Conceição, Lélia, Sueli e Neusa:

Conceição: “E uma pessoa branca se racializar pode ser uma vantagem muito grande, porque aí você já abre mão desse universal falso e começa a tratar o diverso como o diverso. E aí volta pra clínica como o material imenso a partir do qual você vai trabalhar. E não seus textos, seus livros, seus materiais que são eurocêntricos, que são brancos, que são falocêntricos e de onde eu sinto que eu tô fora sempre. O Mateus Aleluia fala: Freud não explica a minha dor. Não tem nem como ele sonhar a minha dor. Uma pessoa branca, assim como uma pessoa negra, qualquer pessoa que se racializa pode começar a sonhar essa dor”.

Lélia: “E aí, dentro da psicologia, eu queria muito que tivesse uma vertente específica que tratasse sobre essas questões de raça, porque todos os maiores problemas que a gente tem na vida são relacionados sim à raça de alguma maneira. Gênero e raça, principalmente; desigualdade socioeconômica, tem muita gente que fica mal da cabeça por conta de dinheiro, gente que não tem acesso à escola e não tem escolaridade e isso vai causando adoecimento das pessoas. E imagina se tem um ramo assim, separado da psicologia, separado não, mas um ramo da psicologia que estude só isso. Então imagina se as pessoas negras, elas chegam ali com várias questões e ele vai ter uma pessoa que estudou para lidar com aquilo”.

Neusa: “Olha, eu acho que é muito importante, mesmo isso não te atravessando individualmente, é muito importante saber, pelo menos o básico ali, sabe? Da identidade, de violência, da maior parte da população, mesmo se não se atravessa diretamente em algum lugar”.

Nota-se assim, em certa medida, a concordância entre as participantes quanto à necessidade do desenvolvimento de estudos com foco no racismo e relações raciais dentro do

âmbito da psicologia. Percebe-se que Conceição remete especificamente ao movimento do profissional de se racializar enquanto caminho para a realização de uma prática palpável dentro do contexto clínico. Em tal perspectiva, Schucman (2023) aponta a construção da ideia das raças dentro de um processo relacional, sob o qual a identidade branca e a identidade negra só manifestam sua existência à medida que se estabelecem em relação à outra de modo que as diferenças postas entre as mesmas variam dentro de um contexto. Assim, as identidades raciais anteriormente citadas devem ser localizadas em relação aos sistemas políticos, históricos e socioculturais através dos quais são desenvolvidas (Schuman, 2023).

Em tal perspectiva, ressalta-se a identidade do indivíduo branco não enquanto um aspecto essencializado ou metafísico, mas uma condição sob a qual no Brasil, através de sua definição fenotípica, os sujeitos que nela se enquadram são detentores de um conjunto de privilégios simbólicos e materiais. Portanto, a branquitude se desenvolve através de um conjunto de significados constituídos socialmente, através de uma categoria relacional que direciona significados positivos à tal identidade racial, ao passo que os significados negativos são destinados aos grupos dela se diferem (Schucman, 2023). Percebendo assim, o funcionamento da lógica constitutiva da branquitude e sua manutenção, uma vez seu estabelecimento simbólico é construído, emerge a necessidade de sua desconstrução a fim de se afastar de uma concepção intrínseca das identidades e que promove a ideia de racialização somente aos grupos que não correspondem ao universalismo referenciado pelo indivíduo branco.

Partindo assim da proposta de Conceição, o caminho de racializar-se envolve nessa lógica, voltar o olhar para os processos de construção da ideia de raça, a abdicação da posição do falso universal pautado e construído através de demais perspectivas epistemológicas igualmente excludentes, as quais citadas pela participante “*de onde eu sinto que tô fora sempre*”. Em tal perspectiva, Veiga (2021) questiona de que maneira é possível lidar com os efeitos subjetivos do racismo na população negra em um contexto em que a característica do psicoterapeuta- branco - é a representação daquilo que legitima as violências direcionadas ao cliente negro. Diante disso, o caminho da descolonização da psicologia e da prática clínica demonstra-se como caminhos possíveis uma vez que envolve não somente a inclusão

bibliográfica de epistemologias historicamente silenciadas, mas também incorpora o paradigma do local do psicólogo em que o mesmo fala ou escuta (Veiga, 2021).

Assim, o próprio profissional da psicologia, no processo de racializar-se diferenciando-se do local universal, movimenta-se para aquilo que Bento (2022) propõe enquanto processo de reconhecimento, explicitação e transformação dos acordos não verbalizados os quais caracterizam a aliança do pacto narcísico da branquitude. Assim, a ética clínica pautada na noção de prática, deve encaminhar-se no caminho contrário do elemento instituidor da branquitude conforme Bento (2022) apresenta. Ou seja, é necessário afastar-se da perspectiva da democracia racial a qual foi instrumentalizada enquanto justificativa para isentar o sujeito branco de responsabilizar-se pela discriminação racial (Bento, 2022).

Em conjunto com tal perspectiva, cabe pontuar que o Sistema Conselhos de Psicologia insere o apontamento de Referências Técnicas para a Prática do Psicólogo(a) no que se refere às relações raciais enquanto compromisso no combate ao racismo em diferentes espaços, além de reforçar a Resolução nº 18/2002 na qual são estabelecidas normas de atuação aos psicólogos(as) no que se refere ao preconceito e discriminação racial. Assim, considerando o contexto social e político brasileiro, o posicionamento frente ao desmonte e retrocessos voltados aos direitos conquistados estabelece-se enquanto postura essencial para o enfrentamento de um abismo sociorracial que geram impactos à toda sociedade e especialmente, às mulheres negras (CFP, 2017). Assim, cabe à todos os psicólogos a atuação em combate ao racismo, e não delegar tal responsabilização somente aos sujeitos negros-ideia essa naturalizada pelo mito da democracia racial.

Em continuidade à tal perspectiva, o caminho de questionamento de uma psicologia hegemônica e organizada no estabelecimento de universalismos de experiências, mostra-se igualmente como uma direção a ser percorrida através do processo de letramento, assim como é compreendido na fala de Lélia que retrata a necessidade de localizar a origem de certos sofrimentos em um campo social maior, pelo centramento de gênero e raça, por exemplo. Neusa revela da mesma forma a necessidade de compreensão de tais questões de maneira ampla num aspecto social, ainda que de modo superficial, mas como um ponto de partida para uma ação guiada ao cuidado da maior parte da população brasileira.

Dentre os caminhos possíveis para a fuga de uma psicologia hegemônica e em regra, alheia às vivências não localizadas à experiência branca e masculina, a participante Conceição propõe o local da formação universitária como partida para a transformação e reformulação da psicologia que se desenvolve pela centralidade da branquitude:

Conceição: “Por que a gente não tem uma Lei 10.639 para os cursos universitários? Todos os cursos universitários precisam ensinar a história da África. Não só o curso de História, não só o NEAB, que é o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, mas uma coisa transversal, com certeza deveria ser obrigatória”.

Sueli: “Precisa ter na formação, conteúdo. Cara, é muito pobre (...) É porque aqui, pelo menos, é muito direcionada à psicanálise e análise do comportamento, mas vamos trazer pra realidade brasileira? Vamos trazer as coisas mais palpáveis aqui no Brasil? Vamos deixar a Europa pra lá?”

Cabe compreender que dentre os mecanismos fortalecedores do dispositivo de racialidade, o epistemicídio apresenta-se enquanto instrumento mantenedor de dominação étnica e racial através da deslegitimidade dos conhecimentos produzidos por grupos dominados, localizando não somente tais conhecimentos, mas também os próprios sujeitos em um local de interdição e silenciamento. Isso ocorre em função da inseparabilidade da desqualificação do conhecimento de um povo e o próprio povo, que decorre de um movimento focalizado no sujeito em termos individuais e coletivos. Assim, a ideia do epistemicídio volta-se à noção do sequestro da razão, seja através da negação da racionalidade do indivíduo posto enquanto Outro, seja pela imposição cultural que lhe é direcionada (Carneiro, 2023). Tais aspectos podem ser concebidos em denúncia pela fala das participantes Conceição e Sueli ao questionarem a ausência de uma formação voltada à experiência afro-brasileira e centrada na vivência subjetiva dos grupos que aqui residem.

Em tal movimento, a afirmação de uma razão racializada que organiza-se em torno da hegemonia e naturalização da superioridade europeia que aprisiona o Outro em categorias que lhes são insólitas e nesse sentido, o Ser afirma a existência do Não Ser, destituindo-o das características que definem o Ser, sendo as mesmas voltadas às noções de autocontrole, desenvolvimento e cultura (Carneiro, 2023). Diante disso, nota-se que o caminho percorrido pela colonialidade ainda demonstra-se em curso e atualizando-se através dos modos de significação manifestados pela violência, bem como na construção subjetiva forçada aos grupos dominados e privilegiada aos dominantes. Nesse sentido, é imprescindível que a

Psicologia caminhe através de recursos voltados à descolonização do pensamento, protagonizando os demais modos de ser e estar no mundo em conjunto com a legitimação da cultura negra (Moreira; Cunha, 2023).

Para além, percebe-se igualmente a potencialidade transformadora da Psicologia no âmbito do imaginário social constituído pela lente do racismo, transversalizando-o para as singularidades da população negra (Moreira; Cunha, 2023). No percurso de desenvolvimento de tais mecanismos, Veiga (2021) demonstra a importância de uma Psicologia Preta através da qual contrapõe-se à narrativas brancas hegemônicas que operam no manejo de subjetividades brancas, operacionalizando assim a narrativa própria dos indivíduos que possuem a marca do racismo em sua subjetividade. Assim, a noção de descolonizar implica abandonar os antigos depósitos culturais, intelectuais e políticos, encaminhando a criação de um olhar sobre si marcada pelo valor próprio e ao grupo sob o qual se pertence (Veiga, 2021).

Ainda nessa perspectiva, a ação da Psicologia Afrocentrada apresenta-se preocupada à significação de fenômenos culturais e em especial, às noções de sujeito e epistemologia, explorando a maneira pela qual as modalidades de conhecimentos, os quais temos acesso moldam a constituição do sujeito ainda sob a ótica de limitações ocidentais brancas. Para além, Moreira e Cunha (2023) apontam para uma Psicologia proposta enquanto antirracista, a indispensabilidade do reconhecimento da ação do racismo- volta de relações de poder -na construção da subjetividade da população brasileira. Ademais, viabiliza a escuta verdadeira dos sujeitos negros enquanto detentores do protagonismo da fala, de modo que tal ação ocorre através da ação social da Psicologia fundamentada na atuação voltada às urgências de um papel comprometido com a transformação social (Moreira; Cunha, 2023).

Assim, os campos possíveis de ação da Psicologia convergem aos apontamentos trazidos pelas participantes no que se refere à compreensão de uma epistemologia que ultrapasse os caminhos estáticos de um conhecimento eurocêntrico e hegemônico. Nesse sentido, às diversas formas de vida e subjetividade, a ocupação de um protagonismo narrativo que ultrapassa a localização de objeto ou de Outro, demonstram estratégias para a valorização dos indivíduos negros dentro do contexto clínico de ação da Psicologia. E assim, a adjetivação da Psicologia age em princípio, no percurso de denúncia à cumplicidade de uma prática e

conhecimento pautados pela psicologia tradicional em ações de patologização e exclusão de populações minoritárias, viabilizando a politização do processo de ideais terapêuticos (Favero; Kveller, 2022).

Ainda sob a perspectiva dos caminhos possíveis para uma prática profissional comprometida politicamente com questões raciais, durante as entrevistas, houve uma convergência das entrevistadas no fato de, em algum momento de suas vidas (atualmente ou em épocas anteriores) terem participado de articulações de grupos/movimentos sociais os quais abordaram questões de raça ou gênero. Tal percepção pode ser apontada nos relatos de Cida, Carolina e Neusa:

Carolina: “a única coisa que eu participei mesmo foi de (...) em questão ao cabelo, que tinha um movimento aqui há uns anos atrás (...) Acho que foi bem na época que realmente eu me senti motivada a parar de usar química no cabelo. Então tinha um grupo de mulheres crespas e cacheadas de Brasília. Então acho que foi a época que eu me envolvi muito (...) E aí, assim, eu ia bastante e convivia com mais pessoas que acabavam que a maioria das mulheres eram negras mesmo, que eram as que tinham dificuldade em assumir o seu cabelo. A maioria era negra. E aí acho que foi importante, assim, até pra eu conseguir passar por esse processo de transição, de conhecer meu cabelo, porque até então eu não conhecia”.

Neusa: “Em questão de movimentos, eu participo do grupo Pra Preto Psi, não sei se você conhece. É um grupo que foi criado por estudantes lá da UFBA, lá da Bahia, que reúne psicólogos negros e o público preto para poder fazer esse método, assim, essa ligação, para fazer psicoterapia. Então, eu participo desse grupo como profissional, para atender especificamente pessoas pretas. Então, é um grupo que você pode tanto fazer atendimento social, como fazer atendimento particular também, mas que ele liga, né, as pessoas pretas a profissionais pretos”.

Cida: “Há muito tempo atrás eu conheci algumas meninas, eu já conhecia uma e fui levando a outras que eram mulheres negras, assim, lá na universidade, e aí a gente falou vamos fazer um grupo, assim de psiconegras, aí a gente se encontrava às vezes, conversava um pouco sobre algumas questões (...) a gente chegou a fazer um grupo no Whatsapp então tiveram alguns encontros para falar sobre a temática”.

Nota-se que em diferentes contextos as participantes demonstraram-se conectadas à pauta das questões raciais, articulando-se em torno da temática através de grupos. Carolina, participante que atua fora da área da psicologia, apontou o momento em que se articulou com demais mulheres, predominantemente negras, para dialogar sobre a questão do cabelo crespo e cacheado. A participante em questão relata o modo como tal grupo a incentivou, inclusive, a deixar de usar química no cabelo, colaborando para um processo identitário de

reconhecimento, o que pode ser percebido quando relata: “*de conhecer meu cabelo, porque até então eu não conhecia*”.

No mais, Neusa e Cida (participantes que atuam na área psi, Neusa como psicóloga e Cida enquanto estudante) relatam igualmente a organização em grupos sob os quais a pauta da temática racial apresenta-se em evidência. Isso é percebido tanto na organização entre alunas, conforme relatado por Cida, bem como organizado entre profissionais, assim como exposto por Neusa. A partir de todos os relatos, percebe-se que em contextos acadêmicos, voltados ao bem estar ou no âmbito profissional, as participantes organizaram-se em movimentação de modo a conectar coletivamente as questões raciais entre pessoas negras, protagonizando-as em termos de narrativa e articulação.

Tais movimentos e perspectivas remetem às organizações realizadas no Brasil sob as quais os indivíduos negros resistiram a fim de manter suas identidades pessoais e históricas. Nesse sentido, a criação do Quilombo representou um marco na história do povo negro brasileiro que caracterizam suas capacidades de organização e resistências. Assim, através da retórica do quilombo, é possível simbolizar a trajetória do movimento negro que inaugurou uma articulação social fundada no discurso pautado à necessidade de autoafirmação e recuperação da identidade cultural que reage ao colonialismo cultural e reafirma a herança africana em busca do modelo brasileiro que reforce a identidade étnica (Nascimento, 2021).

Compreendendo, portanto, o quilombo enquanto símbolo de resistência étnica e política em conjunto com sua instrumentalização em busca do reconhecimento da identidade negra brasileira (Nascimento 2021), a noção de quilombismo é proposta enquanto *práxis* afro brasileira por Nascimento (2009) através da qual parte da noção de comunhão existencial característica do quilombo. Assim, o fundamento ético do quilombismo parte do asseguramento da condição humana da população afro-brasileira, a qual por séculos é tratada e definida em termos de uma opressão (Nascimento, 2009). Considerando a impossibilidade das ciências humanas, desenvolvidas a partir de povos e contextos sócio-econômicos eurocêntricos, de mostrar-se eficazes no conhecimento acerca dos indivíduos negros e suas realidades existenciais, o quilombismo insere o ser humano enquanto objeto e sujeito

científico em uma configuração sob a qual a ciência constitui uma entre outras vias do conhecimento (Nascimento, 2009).

Dessa maneira, partindo de uma mobilização e organização coletiva por parte da população afro-brasileira, é possível a criação teórico científica que garantam um futuro de melhor qualidade à tal população. Assim, através da resistência ao genocídio e a afirmação da verdade, o quilombismo surge enquanto método de análise, compreensão e experiência concreta de uma realidade econômica que teve sua edificação através de um projeto de escravização. No mais, o instrumento conceitual apresenta-se na pauta das necessidades imediatas da população negra brasileira, a fim de edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo (Nascimento, 2009).

Encaminhando tal perspectiva para os caminhos da psicologia, Veiga (2021) aponta para a expansão e execução da Psicologia Preta no Brasil enquanto uma experiência de aquilombamento. Uma clínica que proporciona o encontro entre profissionais e clientes negros e negras demonstra efeitos subjetivos os quais aproximam-se dos quilombos, responsáveis por atuarem na preservação da identidade, cultura e saúde mental da população negra. Dentre outras estratégias, ressalta-se o encontro de profissionais negros e negras que revisitem e produzam o conhecimento voltado à subjetividades negras. Assim, o aquilombamento apresenta-se como estratégia possível nos meios profissionais e acadêmicos, os quais ainda revelam-se predominantemente brancos na psicologia brasileira (Veiga, 2021).

No que se refere ao apontamento de possibilidades no que se refere à questões voltadas à perspectiva de gênero na clínica, a participante Conceição aponta para a maneira como percebe uma certa escassez no que se refere à ideia de letramento de gênero do parte do profissional da psicologia na área clínica:

Conceição: “(...) eu acredito que pessoas brancas podem se racializar, mas homens cis, questionar o gênero e localizá-lo como uma questão política e não sexual, eu tenho um pouco menos de fé nisso”.

A organização de uma psicologia diferente parte não pela auto identificação que ocupa o lugar do diferente, mas em função do desejo de outra prática devido a compreensão de que essa psicologia- em seu modelo hegemônico e tradicional- gera desigualdades. Compreendendo que a posição de neutralidade parte de um intenso apagamento por parte dos

sujeitos que se configuram no local da universalidade, é preciso que a gestão das práticas do psicólogo seja voltada à leitura política da realidade experienciada (Favero, 2022). De tal maneira, Conceição aponta a perspectiva de compreender a possibilidade de indivíduos brancos se racializarem, porém não entende o questionamento de um homem cis no que se refere às localizações de gênero no campo político.

Nesse sentido, percebe-se que a participante aponta igualmente para a noção de que mulheres racializadas, não-heterossexuais, trans e perpassadas por demais marcadores sociais de diferença, passam pelo processo de localização, ou seja, sempre são situadas e não possuem a mesma alternativa da configuração universal de homens brancos, heterossexuais e cisgênero. Nesse sentido, dentro da perspectiva clínica é essencial pensar a escuta enquanto proposta de intervenção que ultrapasse o manejo que localiza o desamparo em termos de um fim individual, mas que se mostre interessada em apontá-lo enquanto experiência coletiva (Favero, 2022).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um trabalho voltado não somente à perspectiva, mas que essencialmente parte da ideia do protagonismo narrativo de mulheres negras, pessoalmente oportunizou a materialização de uma visão de mundo que contrapõe-se frente às expectativas de silenciamentos. Nesse sentido, a possibilidade de resgatar teoricamente dentro de um olhar historicizado, a construção- que permanece em movimento -de identidades raciais e de gênero representou o resgate da origem de sintomas que se apresentam de maneira tão manifesta dentro da sociedade brasileira, mas que ainda assim, combatem continuamente em oposição os sistemas de silenciamento e subalternização que igualmente organizam nosso sistema social.

A possibilidade do contato direto com mulheres negras representa aqui, principalmente a extensão de suas vozes, necessidades e narrativas através da denúncia da maneira pela qual a Psicologia- em seu modelo tradicional, hegemônico e androcêntrico -têm falhado frente à tal grupo identitário. O trabalho de denúncia, porém, não é realizado com o direcionamento em uma lógica simplista de tom fatalista, mas acima disto, é organizado baseando-se nos caminhos emancipatórios do grupo trabalhado em questão- mulheres negras -que podem ser amparados por uma Psicologia que protagoniza a vocalização de suas experiências, se atenta à escuta de suas vivências e evidencia a experiência subjetiva dessa categoria identitária.

A investigação diante das narrativas das entrevistadas aqui se fez presente de modo a garantir o destaque da experiência da subjetividade negra, partindo de sua identidade racial, mas atentando-se ao sujeito que ali se apresenta e às significações construídas por seus próprios pontos de vista. Nesse sentido, o investimento na escuta das entrevistadas da pesquisa e a exploração desse processo permitiu compreender a convergência da origem social da angústia experienciada pelas participantes, mas para além, apresentou a concepção de que a elaboração de tais vivências desenvolve-se de maneira particular.

Assim, neste momento, o trabalho representa- em termos da trajetória pessoal da autora- a concretização de um conjunto de contribuições que partem desde o momento da delimitação investigativa e que manifestam-se de maneira marcante na construção de uma prática profissional comprometida politicamente. Uma prática que questiona, problematiza e

que especialmente, busca localizar a origem e contexto sociais nos quais determinados tipos de sofrimento desenvolvem-se direcionados a determinados grupos identitários em virtude de outros. Para além, a pesquisa aqui realizada, busca instrumentalizar o enfrentamento ao racismo e sexismo que ainda manifestam-se sem temor, nos diferentes espaços de nossa sociedade.

De tal maneira, na expectativa de ultrapassar as limitações impostas por tais sistemas de subalternização, o caminho aqui traçado é de evidenciar as vias de resistências negras através das declarações diretas das mulheres aqui entrevistadas. Tal percurso buscou concretizar-se por meio do que Carneiro (2023, p. 14) de maneira inspiradora propõe:

É da força da autoestima, do reconhecimento da própria autonomia, dos exemplos, da conquista da memória e da ação coletiva que se extrai a seiva da resistência. A saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação.

Dito isso, dentre os principais resultados obtidos nesta pesquisa destaca-se primeiramente os diálogos da interseccionalidade de raça e gênero na impressão da experiência subjetiva das entrevistadas, uma vez que em conformidade as mesmas apresentaram a noção da indissociabilidade das identidades em questão. Assim é evidenciada a maneira pela qual os diferentes pilares de subordinação relacionam-se em dinamismo em uma lógica de sobreposição que impossibilita a distinção diante de suas experiências. Assim, nota-se que em uma sociedade que estabelece marcas ancoradas na centralidade do corpo, igualmente são tidas enquanto consequência, marcas no campo subjetivo decorrentes de tal processo.

Para além, nota-se que ainda na perspectiva voltada às experiências no campo das relações raciais e de gênero, as categorizações socialmente direcionadas especificamente às mulheres negras, bem como a experiência do aviltamento e desumanização consequentes no racismo manifestaram-se dentro da percepção das participantes de maneira comum, ainda que indiretamente. Tal esquema evidencia, portanto, o que Gonzalez (2020) enuncia quanto à maneira pela qual as opressões raciais são objetivamente esquecidas no interior de uma sociedade que organiza seus sistemas sociais e econômicos através da localização de mulheres negras enquanto foco de suas perversões.

Assim, seja através das narrativas que expõem as delimitações de ações de mulheres negras no campo do cuidado e servilismo, quanto no campo de hiperssexualização ou pautadas em limitações de possibilidades de ascensão e qualificações para exercício no campo profissional, por exemplo, todas as participantes expressaram a compreensão ou a manifestação dos impactos subjetivos das demarcações da identidade de raça ou gênero em suas vivências. Nessa perspectiva, concebe-se o modo pelo qual subjetividades singulares revelam-se organizadas em torno de uma estrutura particular ao mesmo tempo que determinadas pelo todo social (Almeida; Schucman, 2023).

Direcionando o debate ao campo da Psicologia, a experiência das participantes em psicoterapia demonstrou convergência em diferentes campos. Nota-se dentre os relatos, o destaque para a postura e manejo das profissionais da psicologia em um contexto inter-racial-mulheres cis brancas -postas dentre os comportamentos: (a) não abordar/ nomear o caráter racial da problemática apresentada pela cliente, assumindo uma posição de suposta neutralidade (b) não exploração da experiência da identidade racial da cliente, ainda que a mesma tenha o pontuado, direcionando a percepção da experiência do racismo em um campo individual. Para além, frente às experiências então comentadas, nota-se a convergência das participantes nos seguintes aspectos: (c) paralisação do processo psicoterapêutico; (d) procura de profissionais da psicologia em um contexto de paridade racial.

Assim, a experiência das participantes apontaram a incapacidade ou de maneira possível, a escolha da profissional de psicologia em, através de um local de (a) neutralidade, não nomear aspectos raciais possivelmente originários de sofrimentos apresentados pelas clientes. Ação essa manifestada seja através de comportamentos de silêncio, não engajamento na temática ou na não investigação do campo social e seus impactos subjetivos. Para além, percebeu-se o comportamento de direcionamento (b) da experiência do racismo em um campo individual, atribuindo em certa medida, uma culpabilização da percepção da discriminação de raça à própria cliente, como em casos narrados pelas participantes, à exemplo: insinuar que a cliente via racismo em tudo ou sugerir uma mudança de olhar como prática resolutiva frente à problemática enfrentada.

Diante de tais aspectos, as entrevistas revelaram a noção da paralisação (c) no processo terapêutico, visto que as clientes deixaram de levar temáticas do campo racial ao contexto clínico, bem como compreenderam a experiência comum do silenciamento, estagnando assim, a ideia da instrumentalidade do alívio do sofrimento e caminho de autoconhecimento pelos quais a clínica se propõe. Ademais, as participantes narram que após essas experiências em um contexto inter-racial, a busca pelo atendimento organizado pela lógica de paridade racial (d) apresentou-se valorosa uma vez que compreendem que a identificação- e nesses casos de raça e gênero -favorecem o desenvolvimento de uma experiência positiva em psicoterapia em função do compartilhamento de vivências em comum, bem como a percepção de uma postura ativa do profissional em direcionar tais temáticas no contexto clínico.

Para além, as participantes pontuam de maneira comum a compreensão da necessidade do letramento racial por parte do profissional da psicologia, bem como o desenvolvimento e destaque de uma atuação da psicologia que se demonstre voltada e comprometida com o foco no racismo e nas relações raciais, centralizando assim, as experiências subjetivas da negritude. Assim, o movimento de ressignificar um Psicologia tradicional que direciona-se à experiência do sofrimento humano demonstra-se como essencial, uma vez que a própria concepção de humanidade é passível de uma profunda problematização, assim como propõe Krenak (2019, p. 14):

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados no mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas nesse mundo maluco que compartilhamos.

No mais, compreende-se que a pesquisa alcançou os objetivos previamente delimitados à medida que a partir das contribuições das participantes, foi possível identificar o manejo clínico dos(as) profissionais da psicologia diante de relatos de experiências de racismo e sexismo, bem como houve o acesso à maneira pela qual mulheres negras compreendem os impactos do racismo e sexismo em suas subjetividades. Percebe-se enquanto

limitação da pesquisa, a não exploração de aspectos voltados à demais identidades de gênero e nesse sentido, a ausência de participantes transgênero impossibilitou a exploração de questões voltadas à transfobia dentro do contexto clínico da psicologia.

Diante dos aspectos aqui explorados, percebe-se que o trabalho em questão coloca-se, sobretudo, enquanto caminho de provocações e reflexões voltadas para a prática profissional da psicologia no campo clínico, a qual é aqui entendida como indissociável da percepção e comprometimento igualmente, da prática social. A pesquisa realizada busca através das incontáveis colaborações das participantes entrevistadas, destacar os processos relacionais dos campos social e psicológico, compreendendo a necessidade de uma reformulação da psicologia hegemônica que permanece centrada nas experiências subjetivas da branquitude. Em conjunto, a construção da pesquisa contou com a referência de autoras e autores- em sua maioria negras/os- que adotam uma perspectiva decolonial e crítica.

De tal maneira, aqui busca-se ampliar os modelos de representação nos quais direciona-se o imaginário voltado ao contexto clínico da psicologia, que se faz presente inclusive nas práticas para além do consultório privado. Em tal perspectiva, assumir a posição profissional comprometida com a ação de transformação social demanda o que Almeida (2023) aponta enquanto essencial para o combate à desigualdade: a compreensão da formação política enquanto constituída e constituidora pela economia racial dos afetos.

Para além, considera-se a necessidade de perspectivas e práticas que abarquem a questão do letramento racial em conjunto com o desenvolvimento de demais habilidades no que tange a capacidade de atuar através de um olhar e escuta atentos e sensíveis à demandas e aspectos subjetivos perpassados pelos fenômenos do racismo e sexismo, de modo que a noção de interseccionalidade possa ser utilizada enquanto ferramenta analítica. Em conjunto, faz-se necessário pensar na atuação clínica que não se limite às práticas inseridas no consultório privado, mas que se desenvolva em expansão e em coletivo.

Assim, direcionar uma prática da psicologia voltada aos especialismos não é aqui proposta enquanto caminho resolutivo, visto que a ideia de recorte parte necessariamente de um todo e novamente, universalismos são direcionados. A pesquisa em questão aponta, enquanto bem vindos, o deslocamento e a reformulação da prática e construção do saber da

psicologia de modo que em tal espaço os debates se expandem em torno das diferentes identidades de gênero e raça, considerando as subjetividades em todas as suas implicações e devidamente localizadas socialmente.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. Prefácio. *In*: SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. São Paulo: Fósforo, 2023. p. 9-12.
- ALONSO, Angela. Métodos Qualitativos de Pesquisa: Uma introdução. *In*: NERES, Pablo. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Hucitec, 2016. p.8-23.
- BARBOSA, A. C.; OLIVEIRA, R. G.; CORRÊA, R. M.. Cuidado em Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas. **Ciência & Saúde Coletiva**, [online], v. 28, n. 9, p. 2469-2477, 2023.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, 1977.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. (org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-322.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- CFP. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. 1.ed. Brasília: CFP, 2017.
- CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação** [online], v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COLLINS, Patricia. O que é Interseccionalidade? *In*: COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 27, n. 80, p. 09-20, 2012.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas** [online], v.21, n.1, p.241-282, 2013.

CFP. **Resolução N° 018/2022**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 466/2012, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [online], v.10, n.1, p.171-188, 2002.

DE SOUZA, Alice De Marchi Pereira. Clínica e Política: uma experiência limítrofe. **Revista NAVCV**, Minas Gerais, n. 1, 2012.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FAVERO, Sofia. **Pajubá terapia**: Ensaios sobre a cisnorma. 2. ed. Porto Alegre: Nemesis Editora, 2022.

FAVERO, Sofia; KVELLER, Daniel Boianovsky. Adjetivar a Psicologia? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [online], n. spe, v. 22, p. 1499-1517, 2022.

GONDAR, Jô. A clínica como prática política. **Lugar comum** [online], n. 19, p. 125-134, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOUVEIA, Marizete. **Onde se esconde o racismo na psicologia clínica? A experiência da população negra na invisibilidade do binômio racismo e saúde mental**. 2018. Tese (Pós-Graduação)- Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapeutas brancos/as e clientes negros/as: sobre racismo invisível e lacuna em relações raciais na formação profissional. **Revista da ABPN**, [online], V.14, N. 41, p. 317-342, set/nov. 2022.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo** [online], v.24, n. 42738, 2019.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, V. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n.3, p. 450-464, jul. 2018.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado** [online], n.16, p.193-210, 2015.

HAAL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], v.24, e 42738, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IPEA. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *In*: Neres, Pablo. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo, 2016. p.24-41.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). *In*: MARCONDES, Mariana Mazzini [et al.]. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. p.53-80.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa B. de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchôa. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. **Temas em Psicologia** [online], Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 63-75, abr. 2001.

MANDELBAUM, Belinda. Apresentação. *In*: SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. 1. ed. São Paulo: Fósforo, 2023. p. 13-15.

MATTA, Roberto da. A antropologia no quadro das ciências sociais. *In*: MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 17-27.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. 1.ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. *In*: NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: Significações do Corpo Negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021. p.23-29.

MURTA, Sheila Giardini *et al.* Sexismo e heterossexismo: do impacto sobre a saúde às possibilidades de prevenção. *In*: VIANA, Terezinha de Camargo *et al.* (Org.). **Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea**. Brasília: Liber Livros, 2012. p. 341-359.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 56-71.

MOREIRA, Nádia Meireles; CUNHA, Vinicius Dias. Do silenciamento para o reconhecimento: Psicologia antirracista na descolonização do pensamento. **Revista da ABPN**, [online]. v.16, n.2, 2023.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho; NEVES, Edwiges de Oliveira. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 608-621, dez. 2007.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: Um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira. *In*: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p.197-218.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” *In*: Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: JZahar, 2021, p.152-167

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: Significações do Corpo Negro**. São Paulo: Perspectiva

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n.1, p. 287-308, nov. 2006.

OLIVEIRA, Maria Luisa; MENEGHEL, Stela. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicologia & Sociedade** [online]. v.21, n.2, pp.266-274, 2009.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

PALMA, Lavínia; RICHWIN Iara; ZANELLO, Valeska. Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres: para uma escuta gendrada das emoções no campo da psicoterapia. **Caderno Espaço Feminino**, [online], v.33, n.2, p. 107-130, 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão**, n.38, p. 77-94, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloísa. Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis; Vertecchia, 2009, p. 116-148.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROMAGNOLI, Roberta C. Algumas reflexões acerca da clínica social. **Revista do Departamento de Psicologia**, UFF, V. 18, n. 2, p. 47-56, Jul./Dez. 2006.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer. **Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogo(as)**. Revista. Epos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 117-140, dez. 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais**: Tensões entre cor e amor. São Paulo: Fósforo, 2023.

SCHWARCZ, Lilia. **Nem preto nem Branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Diogo Sousa. Marcos regulatórios da Psicologia em Sexualidades e Identidades de gênero. *In*: ALVEZ, A.; AZEVEDO, B.; SILVA, D; *et al.* (org.). **Psicologia, sexualidades e identidades de gênero: guia de referência técnicas e teóricas**. Salvador: CRP-03, 2018. p.12-13.

SILVA, Maria Lúcia da. Racismo e os efeitos na saúde mental. *In*: BATISTA, Luís Eduardo; KALCKMANN, Suzana (Orgs.), **Seminário saúde da população negra do Estado de São Paulo 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. p.129-132.

SILVA, Natanael de Freitas. Intersecções do e no masculino: subalternização e vulnerabilidades das masculinidades negras. **Revista brasileira de estudos da homocultura** [online], v.5, n.16, p.201-229, jan.- abr. 2022.

SLAVUTZKY, Abrão. Apresentação. *In*: NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: Significações do Corpo Negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021. p.17-22.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as viscitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VEIGA, Lucas Mota. **Clínica do Impossível: linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. *In*: HALL, Stuart.. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZANELLO, Valeska. Mulheres e loucura: questões de gênero para a psicologia clínica. *In*: STEVENS, C.; BRASIL, K. C. T.; ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (org.). **Gênero e Feminismos: convergências (in)disciplinares**. Rio de Janeiro: EX libris, 2018, p. 307-320.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska. **Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia**. *In*: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. 175 p.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia** [online], v.27, n.3, p.238-246, set. 2015.

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista semi-estruturada

Questões introdutórias

1. Fale um pouco sobre você, experiências pessoais, experiências profissionais, escolaridade.
2. Há quanto tempo está/esteve no processo de psicoterapia?
3. Já realizou o atendimento com diferentes profissionais/ permanece com o mesmo?
4. Possui algum tipo de critério para a escolha do profissional da psicologia? Perfil estético/abordagem profissional...
5. Acredita ter iniciado a psicoterapia por algum motivo específico ou questões diversas?

Questões raça e gênero

6. Em sua vida, já participou de contextos, reuniões e/ou articulações pautadas em questões de gênero/ questões étnico-raciais? Fale um pouco sobre a sua experiência.
7. O que você entende como feminilidade?
8. O que você entende como masculinidade?
9. O que você entende por ser mulher?
10. O que você entende como raça no Brasil?
11. O que entende como ser uma mulher negra?
12. Consegue identificar momentos em que sofreu racismo ou sexismo na sua trajetória? Poderia falar sobre essa experiência?
13. Você acredita que as questões étnico-raciais/ de gênero geram impactos na sua vida? Descreva um pouco sobre essa experiência

Questões interseccionalidades e psicoterapia

14. Na sua opinião, quais atributos tornam um psicólogo um bom profissional?
15. O que você acredita ser necessário para ter uma boa relação entre cliente e psicoterapeuta?
16. Durante o processo de psicoterapia, como são/foram levantados temas voltados à questões étnico-raciais?

17. Durante o processo de psicoterapia, como são/foram levantados temas voltados à questão de gênero?
18. Você se sente confortável para abordar tais temáticas em psicoterapia? Comente um pouco sobre isso
19. Nos momentos em que temáticas relacionadas às questões étnico-raciais e de gênero foram abordadas, como o profissional agiu ao longo do atendimento?
20. Você acredita que o profissional da psicologia foi receptivo diante de tais questões? Considerando que normalmente são temáticas mais discutidas no âmbito público.
21. Você acredita que o profissional possuía/possui preparo (conhecimento teórico) para abordar tais questões?
22. Você acredita que a cor de pele do psicoterapeuta tem influência no processo psicoterapêutico? Você pode contar sobre sua experiência em relação a isso?
23. Você acredita que o gênero do psicoterapeuta tem influência no processo psicoterapêutico? Você pode contar sobre sua experiência em relação a isso?
24. Durante sua experiência com a psicoterapia, você entende ter vivido alguma situação desconfortável com o profissional, que você acredita ter sido em função de sua raça, etnia, cor de pele ou gênero? Você poderia comentar sobre pensamentos e sentimentos que teve nessa situação?
25. Durante a psicoterapia, o psicólogo adentrou por conta própria questões étnico-raciais/ de gênero? Como você percebeu a conduta dele? E em relação à sua própria conduta?
26. Você acredita que existe a necessidade de uma psicologia especializada em questões étnico-raciais/ de gênero?
27. Gostaria de acrescentar algo?

Dados sociodemográficos¹

¹ Os dados sociodemográficos serão coletados a partir do envio de formulário prévio no momento de recrutamento das participantes.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Instituição dos pesquisadores: UniCEUB

Professor(a) responsável: Lucas Alves Amaral
Pesquisadora [aluna de graduação]: Júlia Cavalcante Carvalho

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo geral deste estudo é analisar a perspectiva de mulheres negras em psicoterapia sobre os atravessamentos de questões raciais e de gênero na interação clínica com os profissionais da psicologia que lhes atendem.
- Você está sendo convidada a participar por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder a uma entrevista semi estruturada sobre o tema focalizado na pesquisa com sinceridade.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada de maneira presencial, podendo ser realizada via Google Meet em caso de impossibilidade de poder comparecer pessoalmente.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual, a qual será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixo risco que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas durante a aplicação serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.

- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do tema investigado.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados (entrevistas, gravações, etc) ficarão guardados sob a responsabilidade de Júlia Cavalcante Carvalho com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 1 ano; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Lucas Alves Amaral/ email: lucas.amaral@ceub.edu.br

Júlia Cavalcante Carvalho/ email: julia.cavalcante@sempreceub.com

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: UniCEUB

Endereço: 707/907 - SEPN - Asa Norte, Brasília

Bloco: /Nº: /Complemento: Campus Universitário

Bairro: /CEP/Cidade: 70790-075, DF

Telefones p/contato: (61)983021397

ANEXO B- AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PERSPECTIVA DE MULHERES NEGRAS EM PSICOTERAPIA: OS ATRAVESSAMENTOS DE RAÇA E GÊNERO NA INTERAÇÃO CLÍNICA

Pesquisador: LUCAS ALVES AMARAL

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74406323.1.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.479.115

Apresentação do Projeto:

O pesquisador e a pesquisadora resumem o projeto na plataforma Brasil da seguinte forma:

"Tomando por base o cenário Brasileiro, no que se refere ao processo de construção identitária da população negra, bem como as especificidades postas em função de marcadores de gênero, compreende-se a permanência de fenômenos discriminatórios os quais atingem de maneira singular mulheres de diferentes pertencimentos étnico-raciais. De tal maneira, os marcadores de raça e gênero emergem socialmente e, portanto, devem ser considerados em influência tanto nos diferentes processos de sofrimento, como na construção de subjetividades. Assim sendo, a procura pelo atendimento psicológico decorrente de demandas variáveis mostra-se envolta por aspectos individuais, assim como por temáticas sociais as quais potencialmente podem emergir. Diante disso, emerge a necessidade do letramento por parte do profissional da Psicologia, no que se refere aos fenômenos sociais, na inter-relação clínica. Assim, o objetivo central do trabalho é analisar a perspectiva de mulheres negras em psicoterapia sobre os atravessamentos de questões raciais e de gênero na interação clínica com os profissionais da psicologia que lhes atendem. Através de tal perspectiva, busca-se identificar a maneira pela qual os profissionais da Psicologia manejam sua atuação diante de relatos de racismo e sexismo, além de favorecer a compreensão quanto os impactos de tais discriminações na produção de subjetividades de mulheres negras."

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br



Continuação do Parecer: 6.479.115

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisadora e o pesquisador apontam nas informações básicas do projeto os seguintes objetivos com a pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a perspectiva de mulheres negras em psicoterapia sobre os atravessamentos de questões raciais e de gênero na interação clínica com os profissionais da psicologia que lhes atendem.

Objetivo Secundário:

a) Identificar o manejo clínico de profissionais da psicologia diante de relatos de sexismo e racismo a partir da perspectiva de mulheres negras em psicoterapia. b) Compreender a perspectiva de mulheres negras em psicoterapia sobre as interrelações entre o impacto do racismo e sexismo na sua subjetividade e os principais temas que abordam na interação clínica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora e o pesquisador apresentam na plataforma Brasil a seguinte análise de riscos e benefícios:

Riscos:

O estudo possui baixo risco que são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a aplicação serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que a participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.

Benefícios:

A participação na pesquisa oportuniza a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do tema investigado.

O CEP convalida a análise da pesquisadora e do pesquisador, reforçando a necessidade de seguirem os procedimentos e a metodologia assegurando aos pesquisados seus direitos para que não sejam minimamente afetados pela pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem fundamentada e foi realizado embasamento e suporte bibliográfico. Conforme declarado pela pesquisadora e o pesquisador: "pesquisa qualitativa amparada no referencial epistemológico qualitativo". A coleta de informações se dará por um questionário semiestruturado e os participantes serão selecionados por conveniência.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br



Continuação do Parecer: 6.479.115

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos necessários foram apresentados e estão em conformidade, havendo somente uma correção a ser feita: o TCLE inicia com a seguinte frase "Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa acima citado", mas até então, não há nenhuma citação sobre o projeto. É necessário apenas que se mude essa frase colocando o tema da pesquisa no lugar do "citado acima".

Os demais termos estão de acordo com as resoluções vigentes.

Não há necessidade de termos de parceria institucionais, uma vez que os participantes serão selecionados por conveniência.

A folha de rosto foi acostada e está assinada.

Recomendações:

Ao final do estudo, os pesquisadores deverão enviar o Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP, pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador e a pesquisadora atenderam às solicitações indicadas pelo CEP.

Sugere-se somente uma pequena correção no início do TCLE. Com isso, o projeto atende os requisitos éticos e a pesquisa está em condições de ser iniciada.

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais das Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco; II - desenvolver o projeto conforme delineado; III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; VI -

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar
Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3966-1511 **E-mail:** cep.uniceub@uniceub.br



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 6.479.115

elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer homologado na 18ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB de 2023, em 20 de outubro.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2158557.pdf	20/09/2023 20:09:25		Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoXX.pdf	20/09/2023 20:09:03	LUCAS ALVES AMARAL	Aceito
Outros	roteirodeentrevista.pdf	20/09/2023 12:23:17	JULIA CAVALCANTE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	20/09/2023 12:21:49	JULIA CAVALCANTE CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	20/09/2023 12:19:25	JULIA CAVALCANTE CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 31 de Outubro de 2023

Assinado por:
Marília de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075

UF: DF **Município:** BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br